

SESSÕES DO PLENÁRIO

64ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de agosto de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ROGÉRIO ANDRADE “1º VICE-PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Getúlio Ubiratan, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 01, 02, 04 e 08/06/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Misael Neto, comunicando sua ausência na sessão do dia 15/06/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. José Nunes, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 01, 02,

15 e 30/06/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Fernando Torres, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputados da Oposição, que aqui há vários presentes, tivemos ontem um encontro com o presidiável José Serra, foi um momento bonito para a Bahia, em que José Serra veio conversar com os deputados da Oposição. Eu só posso parabenizar os organizadores desse encontro, que foi bonito, o encontro com o ex-governador Paulo Souto, o ex-prefeito de Salvador Antônio Imbassahy e também várias autoridades.

Eu queria, meu Líder da Oposição, deputado Heraldo Rocha, cobrar do presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, que coloque os projetos dos deputados em votação. Nós temos vários projetos bons para a Bahia que até o momento não entraram em votação. Assim fica difícil, deputado Eliedson. Eu mesmo não tenho um projeto relevante para a Bahia aprovado. Não sei se V.Ex^a conseguiu aprovar algum projeto, mas eu não tenho projeto aprovado. Estou, realmente, ainda virgem em aprovar projetos relevantes. Tenho vários projetos bons, projetos esses...

O Sr. Eliedson Ferreira:- O deputado Álvaro Gomes tem um projeto...

O Sr. FERNANDO TORRES:- Deputado Álvaro só tem um projeto? Eu não tenho nenhum projeto aprovado. Eu gostaria de que o presidente da Casa, o competente deputado Marcelo Nilo, estivesse presente, mas ele não está presente.

Queria cobrar também do deputado Zé Neto, que é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Lá nós sabemos a dificuldade que é para aprovar esses projetos.

Eu vim aqui falar de uma licitação que foi feita no município de Iaçú, deputado João Carlos Bacelar, licitação essa para fazer aquela ponte – V.Ex^a que tem voto lá em Iaçú – que a região tanto cobra. Tem de ser feita o mais rapidamente possível e não houve uma empresa apta a executar aquele projeto, uma obra de R\$ 11 milhões.

Nenhuma empresa teve interesse em fazer aquela obra de R\$ 11 milhões. Eu acho que é o descrédito do governo em relação ao pagamento. Eu acho que as construtoras estão com medo de pegar essas obras, com medo de não receber e, com isso, quem está se prejudicando é a população. Uma obra avaliada em R\$ 11 milhões, deputado Sérgio Passos, e não houve uma construtora apta a fazer esta obra. É um verdadeiro descrédito para a Bahia. Antigamente, numa data anterior não haver construtora interessada em uma obra tão grande. Na gestão passada quando havia uma licitação de R\$ 100 mil, existiam mais de 10 construtoras interessadas em executar as obras. Em Iaçú, uma obra de R\$ 11 milhões, e nenhuma construtora pronta para executá-la. É um verdadeiro descrédito do governo do calote, que não

paga às construtoras. Daqui a uns dias, vamos ver as construtoras fazendo greve na Bahia. Hoje está havendo paralisação da Polícia Militar e, daqui a uns dias, vai ser das construtoras por falta de pagamento.

Deputado Eliedson Ferreira, são R\$ 11 milhões para construir uma ponte de que tanto necessita o município de Iaçú, dinheiro esse conseguido pelo ministro Geddel Vieira Lima, pois veio do Ministério da Integração Nacional para o governo do Estado, mas as construtoras estão com medo de tomar calote desse governo – para concluir Sr. Presidente – como está ocorrendo com várias outras.

Então é o governo do descrédito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado João Bonfim, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO BONFIM:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ouvintes da *TV Assembleia*, tive a oportunidade de estar em Vitória da Conquista, no dia 5, com o governador Jaques Wagner e o prefeito de Brumado, e, naquela oportunidade, o governador assinou a ordem de serviço para a recuperação da estrada que liga Brumado a Vitória da Conquista, a qual é de fundamental importância para a nossa região, uma vez que interliga toda a região produtiva do Vale do Iuiú, do Vale do São Francisco, do Vale do Paramirim, a região Sul do nosso Estado ao Porto de Ilhéus, à própria Vitória da Conquista, cidade e polo do comércio da nossa região, até a qual somos obrigados a nos deslocar constantemente. Portanto, essa estrada tem uma importância econômica muito grande não só para nossa região, para Brumado, mas também para Bom Jesus da Lapa, Guanambi, Caetité, Livramento, Paramirim e as outras cidades daquela microrregião, que tem que escoar a sua produção pela BA-262.

O governador Jaques Wagner, naquela oportunidade, além de autorizar a recuperação dessa importante via de acesso para a nossa região, autorizou também a da BA-263, no trecho compreendido entre Vitória da Conquista e Itapetinga.

Essa ação do governador Jaques Wagner para a nossa região é uma demonstração da atenção que ele tem com a região da Caatinga e do Sudoeste, uma vez que a nossa malha viária, que já se encontrava degradada, volta agora a ter a atenção de que precisávamos e merecíamos, pois essa é uma importante região do nosso Estado, e, havia muitos anos, essa estrada precisava ser recuperada e reconstruída.

Essa atitude do governador Jaques Wagner merece toda a gratidão do povo daquela região, os agradecimentos dos parlamentares que nela atuam. E venho a esta tribuna manifestar o meu agradecimento, o do prefeito de Brumado, Dr. Eduardo Vasconcelos, e o de todos aqueles que trafegam por aquela estrada ao governador Wagner pela iniciativa da ordem de serviço da reconstrução de uma importante via de acesso para todo o Sudoeste.

Gostaria de dizer, nobre deputado Rogério Andrade, que hoje preside esta

sessão, que as estradas da nossa região que vinham se degradando cada vez mais começam a ter agora a atenção devida do governo do Estado. Além da BA-262, que está em fase de recuperação, trechos da BR-040, entre Brumado e Caetité e desse município ao de Malhada. Fica registrado, então, o meu agradecimento pessoal e o de todos aqueles que vivem lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):-Com a palavra o 3º orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre deputado Sandro Régis, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, estivemos em reunião às 14 horas com o Líder da Minoria, o deputado Heraldo Rocha, e a Polícia Militar, quando nos foi relatada a falta de respeito com que o governo Wagner está tratando este assunto. Além de não querer negociar e conversar com a associação e a categoria, deputado Gaban, nos chega a notícia de que o governo ainda quer usar a chantagem e até ameaças de morte aos policiais, que neste momento representam o interesse da coletividade. O pior é que mais uma vez ele usa para enganar a sociedade a mentira. O governo a todo momento coloca notas na imprensa dizendo que 80% do efetivo da PM está nas ruas, e nós sabemos que isso não é verdade. Não tem 20% dos PMs promovendo segurança para a sociedade. O pior é que começam agora a pegar alunos que não têm nenhuma experiência, nenhum tipo de condição para ir às ruas promover a segurança.

V.Ex^a, deputado João Carlos Bacelar, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, tem de ir a fundo usando do seu poder como principal membro desse Colegiado para mostrar à comunidade baiana a farsa, a mentira que este governo do PT usa para querer enganar, abafar e esconder a realidade. Ele agora virou ditador, é um governo que proíbe os policiais que fazem parte do movimento de ir à imprensa e ameaça os meios de comunicação para que não seja divulgada a verdade dos fatos. E governo ainda tenta passar para a sociedade a imagem de democrático.

Esse é o governo PT, que deveria tratar os assuntos com verdade e responsabilidade. Deveria chamar os representantes de 12 mil soldados da Polícia Militar, sentar e negociar. Eles não conversam com a tropa. Mandam um representante com uma mensagem e usam do expediente, Sr. Presidente, da ameaça e da chantagem para que a tropa continue a defender a sociedade.

Cadê a democracia? Cadê o republicanismo desta administração? Fico muito à vontade porque tenho dito constantemente que este governo é uma farsa, é pautado pela mentira, pela enganação; não tem qualquer tipo de responsabilidade e compromisso com a sociedade baiana. O compromisso dele é com o PT e para o PT. A Bahia e os baianos que se sujeitem à falta de respeito, de comando, de responsabilidade e de capacidade deste governo incompetente, que já supera a era do governador Waldir Pires.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Gaban, quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, registro a presença dos coordenadores pedagógicos que engrossam a fila da insatisfação daqueles que, concursados, esperam ser chamados. As escolas do Estado estão abandonadas, sem professores e sem coordenadores pedagógicos, que, repito, não são chamados.

É a mesma coisa que acontece nas Universidades, que ampliaram os seus cursos, mas os professores necessários não foram contratados. É o mesmo cordão engrossado pelos agentes e delegados da Polícia Civil – existem mais de 100 delegacias sem delegados –, que também não foram contratados. E agora vemos o que acontece com a Polícia Militar, que foi, sem dúvida alguma, a instituição com a qual o governo Jaques Wagner assumiu um dos seus maiores compromissos, ou seja, o de um dar salário digno aos PMs. Mas até agora, na verdade, eles estão sendo forçados a deflagar uma greve geral, e a população que pague o preço disso.

Mas, agora, gostaria de falar novamente sobre o secretário Carlos Martins. Ele mais uma vez, na semana passada, deputados Paulo Azi e Pedro Alcântara, quis apresentar uma saúde financeira do Estado. Não sei qual o intuito dele. Não sei se está com medo de ir na leva da demissão do secretário da Educação, que já saiu tarde, por incompetência. O secretário da Fazenda também deve estar com medo de perder o cargo – o que ele não vai perder é o caixa da campanha; acho que isso ele não vai perder nunca –, por isso vem dizer que a arrecadação da Bahia cresceu 10 milhões, comparando julho deste ano com mesmo período do ano passado. Esquece-se apenas de um pequeno detalhe: a inflação do período, que, ao invés de acréscimo, teria um decréscimo.

Vamos na linha de raciocínio do secretário. Ele se esquece de dizer que houve um acréscimo de 10 milhões – valor nominal da arrecadação de julho deste ano, comparando-se com julho do ano passado –, mas aconteceu um decréscimo nas transferências constitucionais do governo federal para o Estado da Bahia, neste último mês, de R\$ 63,5 milhões.

Tenho até um pequena tabela nas mãos que mostra o que digo. Caiu em todos os índices: FPE, IPI de exportação, Fundeb, LC 87/97, CIDE. Enfim, em todos os segmentos caiu a arrecadação, chegando-se aos já citados 63,5 milhões.

Veja, meu caro João Bonfim, que hoje, tem partidos satisfeitos porque ocuparão novas secretarias – não adianta, eu sempre disse aqui que tem que ter caneta para poder assinar, e quando se tem caneta, não tem dinheiro para gastar, ficará filas de empreiteiros em frente às secretarias cobrando.

Como é que o governo que se respeita teve com gasto de pessoal R\$ 5 milhões, 851 mil de 1º de janeiro a julho e arrecadou apenas com ICMS R\$ 5 milhões, 520 mil? Um governo que gasta mais com pessoal do que arrecada. Como pode sobreviver um governo desse? E pior, as transferências constitucionais caíram R\$ 63 milhões e meio no mês de julho. Pior ainda, se é que a gente pode dizer que o quadro

pode piorar, acabaram, deputado Heraldo Rocha, aquelas antecipações de receita que o governo estava fazendo. Ele vem agora com uma letargia que incomoda qualquer um.

Desde novembro estamos dizendo que o governo teria que tomar posições para aumentar a arrecadação. É o décimo-primeiro, a Bahia sempre lá embaixo, coitada. É o décimo-primeiro estado da federação a assinar um protocolo de intenções com o governo de São Paulo. É pouco, muito pouco, R\$ 6 milhões por mês. Mas seria louvável se viesse acompanhado de outras medidas, se tivesse feito esse protocolo de intenções com o governo de São Paulo muitos meses atrás, acrescentaria R\$ 6 milhões por mês na folha. Mas para quem gasta com folha de pessoal em torno de R\$ 850 milhões por mês, que arrecada menos de R\$ 800 milhões, o que adiantará R\$ 6 milhões? Nada.

É um governo que tem mostrado que não tem nenhuma gestão, meu caro presidente, na Secretaria da Fazenda. É um descontrole total. E pior, acabaram os recursos das antecipações do Fundeb, Planserv, de tudo. O governo agora, deputado João Bonfim,...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- (...) está obrigado a devolver o dinheiro do Fundeb. De onde vai tirar, se não arrecada nem para pagar folha de pessoal?

Então o que nos cabe, Sr. Presidente, é lamentar a letargia, a falta de gestão, o descontrole total das contas, em que se gasta mais do que se arrecada, em que se fez antecipação de receita, e nós alertávamos, só estava tratando do fluxo...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente, para finalizar, no mês de agosto quero ver a gestão do secretário Carlos Martins, porque aqueles artifícios tomados já não têm mais jeito, não tem antecipação. E pior, se esse quadro de transferência constitucional está ruim, vai piorar em agosto, porque todas as previsões de exportação de veículos seria também uma das molas motoras da arrecadação de impostos, tem uma previsão de queda de mais de 50% na venda de veículos automotivos para o exterior.

Então é chorar o leite derramado. Não fez o dever de casa e arrisca agora a ter problemas para pagar a folha de pessoal. A última alternativa que tem, e vou antecipar finalizando, para não extrapolar o limite com gasto de pessoal é colocar na receita corrente líquida, deputado Paulo Azi, os recursos da Ebal, porque senão extrapola.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Gaban, V.Ex^a já extrapolou muito o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, um

Estado sem segurança, um Estado submetido à violência e a Bancada do PT ausente da sessão. Ausente da sessão da mesma maneira que esse governo medíocre, que esse governador incompetente não assume as suas tarefas em relação à segurança pública.

Tivemos agora na Bancada reunião com integrantes das associações de policiais militares e recebemos a grave denúncia de que o presidente da Associação dos Policiais Militares e Bombeiros do Estado da Bahia sofreu ameaça de morte. Segundo o citado presidente, Sr. Marcos Prisco, disse, na presença de mais de dez deputados, que essa ameaça de morte está sendo urdida na Casa Militar do Sr. Governador. É o Palácio de Ondina se transformando num covil de assassinos! Cadê os defensores dos direitos humanos? Cadê aqueles que, quando qualquer bandido é vitimado, querem parar a Assembleia, querem parar o governo? Mas estão vendo a perseguição que os policiais militares estão sofrendo nos quartéis. Em diversas cidades do interior há denúncias de prisões arbitrárias como em Irecê, em Santo Antônio de Jesus etc. E calados! Calados! Há uma “censura branca” na imprensa. Pergunto: quantos homicídios ocorreram em Salvador de ontem para hoje e nenhum veículo de imprensa noticia?

Não queremos aqui jogar gasolina na fogueira, mas queremos a verdade. Queremos a posição do governo. Queremos uma negociação. O deputado Capitão Tadeu, que de há muito vem denunciando aqui o que iria ocorrer, não é ouvido pelo governo e ainda é ridicularizado por segmentos governistas.

É um desgoverno total. É o abandono total do Estado de um governo, volto a dizer, medíocre. Medíocre em todas as áreas e, principalmente, na principal área que é a educacional.

Temos hoje aqui uma comissão de professores concursados para a função de coordenadores pedagógicos na Secretaria da Educação. Foram aprovados em 2005 e, até hoje, não foram nomeados. Justificava o incompetente Adeum Sauer, que de há muito já deveria ser demitido, que não nomeava os coordenadores pedagógicos porque as escolas não precisavam e os professores estavam desempenhando a função de coordenadores. O Sr. Adeum nunca foi numa unidade escolar do Estado, apenas defendia os interesses da corrente política dele, de uma ala do PT. Se as escolas não tem professores em sala de aula como é que ainda ocorre esse desvio de professor exercendo as funções de coordenador? Eles estão aqui para chamar a atenção, deputado Heraldo Rocha, da Assembleia. Foram hoje, pela de manhã, à Comissão de Educação, mas a Bancada do governo recebeu a ordem do Odorico Paraguaçu, que fica no Palácio de Ondina, no sentido de que as comissões da Casa não funcionem. Eles não vêm ao Plenário e não deixam as comissões funcionarem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Concluindo, Sr. Presidente.

Triste Bahia! Triste Bahia, entregue a esses incompetentes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais presentes, quero saudar os ouvintes das Galerias Paulo Jakson, coordenadores pedagógicos e outros companheiros que aqui estão.

Inicialmente quero pedir para inserir nos Anais desta Casa o editorial do portal *Vermelho*, www.vermelho.org.br, com o título: “*Coreia do Norte abre caminho para novos entendimentos*”, em que se fala sobre a política dos Estados Unidos, o massacre que a Coreia sofreu com o imperialismo japonês e americano e toda uma abordagem sobre a situação da Coreia. Portanto pediria para inserir nos Anais desta Casa.

Sr. Presidente, queria fazer uma abordagem aqui sobre o movimento da Polícia Militar. Na realidade, a polícia faz um movimento, e entendo que as reivindicações são mais do que justas, porque são no sentido de melhorar as condições salariais e as de trabalho. Então, são reivindicações mais do que justas. Acho que melhorar e valorizar os recursos humanos é uma das formas de melhorar o serviço público, e no caso da Polícia Militar, melhorar a segurança do nosso Estado. Considero, portanto, mais do que justas as reivindicações dos policiais militares.

O governo Wagner tem sido sensível a essas reivindicações e tem discutido. Com relação, por exemplo, aos coletes, o governo fez licitação já há algum tempo e há a disposição de resolver esse problema para que todos os policiais tenham o colete. Com relação às viaturas, já foram fornecidas mais de quinhentas para a Polícia Militar, e novas deverão ser liberadas. Com relação ao curso de que os policiais necessitam, o governo está viabilizando com a Polícia Militar e a Secretaria da Segurança Pública um curso que formará 150 policiais. Vai começar amanhã o curso para condutores de veículos de emergência para os PMs que exercem a função de condutores de viaturas.

Então, as reivindicações dos policiais estão sendo atendidas, como a de curso para os condutores de viaturas, agora com a formação de 150 policiais inicialmente, e depois isso deve se expandir. A questão dos coletes, que estão sendo viabilizados através de processo de licitação, que foi feito recentemente. O governo vem desenvolvendo esforço para que todos os policiais tenham esses coletes. Além disso, já foram nomeados 3.200 policiais e um novo concurso foi realizado para a contratação de mais 3.200 policiais.

As reivindicações dos policiais estão sendo atendidas, melhorando com isso as condições de trabalho. Evidentemente que há a questão salarial que precisa ser discutida, mas o importante é que o governo tem mantido esse diálogo permanente.

Acho que o caminho é o diálogo, a negociação. O caminho é a saída negocial. Defendo isso, e o governo tem feito esse esforço. Entendo também que as associações também têm feito esse esforço e acredito numa saída tranquila, com que todos possam ganhar.

Portanto, esse é o esforço que estamos fazendo para que tenhamos realmente a verdadeira tranquilidade no conflito que existe entre a polícia e o governo do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Paulo Azi, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, todos estamos vivendo um momento extremamente difícil; todos estamos muito preocupados com essa questão da greve da Polícia Militar.

A Oposição, diferentemente do PT, tem agido com responsabilidade, não tem procurado insuflar esse movimento, fruto da incompetência do governo, da falta de negociação e diálogo e coloca efetivamente toda a população numa situação extremamente perigosa.

Sr. Presidente, fiquei a ouvir atentamente o deputado Álvaro Gomes e recordo-me que na greve de 2001 os deputados da Oposição, á época, especialmente os deputados do PT, foram aos quartéis insuflar o movimento, apoiar os policiais para que não fossem às ruas, apostavam no clima da baderna, da desordem e da falta de segurança.

Sr. Presidente, não tomaremos esse mesmo tipo de atitude porque a consideramos um desrespeito à população de Salvador e do nosso Estado.

A Oposição mais uma vez quer contribuir, quer buscar soluções, entendimentos para que esse movimento não venha se radicalizar, e aí, sim, causar sérios prejuízos à população baiana. Se ouve muito na imprensa que os policiais militares querem ter um tratamento igual ao que foi dado à polícia civil. E aí pergunto, Sr. Presidente: qual foi efetivamente o reajuste dado pelo governo do Estado aos policiais civis? Ninguém sabe, o governo não se pronuncia, esse é o ponto de partida, deputado Heraldo, para que os entendimentos possam ocorrer.

Quero clamar pelos seus representantes nesta Casa, os líderes Álvaro Gomes e Paulo Rangel, para que nos tragam essa informação: quanto foi que o governo deu de aumento aos policiais civis, que percentual foi esse, deputado Álvaro Gomes? V.Ex^a sabe, deputado Javier, qual foi o percentual de aumento que o governo do Estado deu à Polícia Civil, que tem causado todo esse clima de descontentamento na Polícia Militar? Creio que esse seja o x da questão. E temos de procurar o caminho do diálogo, da negociação, para que a população do nosso Estado não venha a ser mais uma vez prejudicada.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero me congratular com os coordenadores pedagógicos que vêm a esta Casa mais uma vez para cobrar do governo. Por diversas vezes denunciemos a situação desses coordenadores concursados que até hoje lutam para serem convocados a fim de darem a sua contribuição à educação do nosso Estado, que, infelizmente, passa por momentos difíceis.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, por 3 minutos, o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, visitantes que nos prestigiam, quero registrar a presença do vereador Armando São Paulo, filho de Maracás, que desempenha um papel importante na vereança daquele município, é

uma honra para nós a sua presença. Quero também me solidarizar, em nome da nossa Bancada, com os coordenadores pedagógicos que, hoje pela manhã, estiveram comigo e com os deputados Luiz de Deus, João Carlos Bacelar e Gaban conversando sobre esse crime de lesa-pátria. Estão cometendo um crime contra os coordenadores pedagógicos concursados, aprovados para exercerem a função, pois, em vez de convocá-los, estão contratando outras pessoas através do REDA.

Pude ver hoje, pela forma como se pronunciaram, pela maneira competente como mostraram o que querem e como querem, o preparo técnico desses coordenadores. E assumo aqui um compromisso: a nossa Bancada da Oposição, aquela que não se esconde, que fala a verdade, que é ética, falará diariamente desta tribuna sobre esse assunto. O deputado Luiz de Deus, que é o vice-presidente da Comissão de Educação, há pouco me dizia da sua perplexidade a respeito desse caso.

E agora tratarei rapidamente da visita, acontecida há pouco, que a Liderança da Minoria recebeu do comando de greve da Polícia Militar, que foi convocado pelo deputado João Carlos Bacelar. Quero convidar todos os parlamentares da base aliada do governo para que estejam amanhã, às 10h, na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, quando debateremos a grave denúncia feita pelo soldado Prisco, que afirma estar sendo ameaçado de morte.

Estou entrando em contato com o Dr. Saul Quadros, presidente da OAB-Bahia, e já pedi um contato com a presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Dr^a Sílvia Zarif, para relatar essa situação. O soldado Prisco afirmou, na presença dos Srs. Deputados, que está sendo ameaçado de morte pelo governo. Ele vai ter que responder por isso na Justiça.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Grande Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Paulo Rangel, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, amigos e amigas que ocupam as Galerias Paulo Jackson, companheiros e companheiras da imprensa, subo à esta tribuna, no dia de hoje, para falar sobre vários aspectos que dizem respeito à administração do governo Jaques Wagner e dentre eles vou estar aqui, também, discorrendo sobre aspectos da política baiana, da nossa política de arrecadação, assim, como, também, sobre a crise na segurança pública.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, como não podia deixar de ser e sendo eu o líder do Partido dos Trabalhadores, queria deixar bastante claro para este Plenário, para aqueles que nos ouvem e nos assistem na *TV Assembleia*, para a sociedade da Bahia, que o Partido dos Trabalhadores que fez uma aliança vitoriosa com o PMDB, que levou, inclusive, o governador Jaques Wagner ao governo da Bahia, vê neste

momento com bastante naturalidade, inclusive, como sem crise o rompimento político do PMDB com o governo Jaques Wagner e consequentemente a saída do PMDB da Base do governo.

Não quero aqui, de nenhuma forma, deixar de negar a importância do PMDB para que essa aliança fosse vitoriosa. Não quero deixar de negar, também, a contribuição dos deputados do PMDB, para assegurar a aprovação de projetos importantes e fundamentais para a evolução do quadro econômico e social do Estado da Bahia, e, por que não dizer do quadro político, também.

Como entendo, também, que o PMDB teve uma participação importante com a sua presença no staff do governo Jaques Wagner.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a sociedade da Bahia e particularmente a classe política assistiu e assistia a evolução permanente de uma crise entre estas duas legendas, onde dois projetos distintos ficaram bastante claros. Dois projetos, eu diria que se assemelham quanto ao seu objetivo, mas dois projetos que se distinguem quanto a forma de trabalhar a política no Estado da Bahia.

O Partido dos Trabalhadores com a pretensão de continuar à frente do governo da Bahia a partir de 2011, e o PMDB também trabalhando esse objetivo. Eu diria, inclusive, que esse rompimento já era anunciado, diria que foi trabalhado, em grande parte, com muita responsabilidade, mas tardou em relação a sua materialização.

Mas subo a esta tribuna para lhes dizer que sei da responsabilidade dos parlamentares do PMDB em relação àquilo que politicamente deve ser trabalhado para a evolução do Estado da Bahia. Não creio em nenhum tipo de oposição raivosa por parte dessa legenda, assim como sendo eu Líder do Partido dos Trabalhadores vejo esse posicionamento como natural, é um direito dessa legenda. Por isso quero aqui elogiar a postura do Líder do PMDB, deputado Leur Lomanto, que, de forma responsável, com muita calma expôs, mais ou menos, qual é a visão dessa legenda em relação ao seu futuro. Entendendo que política é algo bastante complexo, como dizia o senador Ulisses Guimarães: "... é como as nuvens - um dia estão de um jeito, outro estão de outro", e sabendo que no Brasil o instrumento da segunda disputa, a partir do segundo turno, é legal, podemos inclusive nos encontrar, num outro momento de disputa, até porque temos uma relação em nível nacional e nenhum tipo de rompimento ainda se estabeleceu.

Então, fica aqui a nossa posição, a posição do Partido dos Trabalhadores, inclusive desejamos sucesso político a essa legenda e aos seus parlamentares.

Mas quero aqui, também, Sr. Presidente, falar um pouco sobre a crise na Segurança Pública...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Concedo o aparte ao deputado Arthur Oliveira Maia.

O Sr. Arthur de Oliveira Maia:- Meu caro deputado Paulo Rangel, quero dizer-lhe que - nós que não nos conhecemos assim, talvez, há tanto tempo, conheço V.Ex^a aqui da legislatura passada e eu já sou um deputado de quatro legislaturas, portanto há colegas aqui com quem eu me relaciono há mais de 20 anos - a cada dia V.Ex^a

cresce no meu conceito. V.Ex^a é um parlamentar preparado, um parlamentar que cumpre as suas obrigações com muita assiduidade, com muita capacidade e V.Ex^a tem no seu equilíbrio, talvez, a sua característica mais forte, mais significativa.

V.Ex^a sabe perfeitamente que eu, juntamente com a deputada Maria Luiz fomos os primeiros deputados do PMDB que se colocaram na posição de que o partido deveria ter uma candidatura própria. Mas confesso-lhe que sempre tive muito receio de como aconteceria o afastamento entre o PMDB e o PT no âmbito da nossa relação, afinal de contas eu não estava no PMDB durante a eleição de 2006, mas participei da campanha de Jaques Wagner em vários palanques, em vários municípios, naturalmente sinto-me também responsável por isso.

Mas, confesso a V.Ex^a que me preocupava muito com que fizéssemos da nossa separação um momento de considerar como um fato negativo uma vitória que, na verdade, foi positiva para marcar um determinado divisor de águas na Bahia. E o discurso de V.Ex^a, hoje, engrandece a relação política do Estado, desta Casa e mostra que a política pode ser feita sempre no plano das posições dos partidos, dos projetos políticos, preservando-se aquilo que, mesmo ficando para trás, foi importante e construído conjuntamente.

Ao tempo em que me associo ao seu pronunciamento, agradeço, em nome do PMDB, pelo que diz.. A Bancada do nosso partido tem, sim, responsabilidade, como V.Ex^a bem afirmou, com os projetos em favor da Bahia que sejam votados aqui nesta Casa. Não temos nada de pessoal contra nenhum dos deputados, muito menos contra a figura do governador Jaques Wagner.

Quero me associar e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, como eu estava dizendo, não podia deixar de me referir também a esta crise na Segurança Pública, que, como insistentemente temos dito, foi herdada. O governador Jaques Wagner tudo tem feito para assegurar um Estado com uma melhor segurança para o povo da Bahia, mas encontrou essa área totalmente desmantelada, deputado Álvaro Gomes...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- V.Ex^a está inscrito.

(...) com a Polícia desmotivada, sem condições estruturais para cumprir o que lhe compete. Estava com um efetivo bastante reduzido – e ainda está –, mesmo a Bahia tendo uma evolução sistemática dos indicadores relacionados à violência.

No entanto alguns deputados que vêm a esta tribuna desconhecem que a realidade é dura. Frise-se que esta crise não se deve apenas à situação salarial dos integrantes da Polícia Militar do Estado da Bahia nem somente às condições materiais para a realização do seu trabalho. O atual quadro diz respeito, principalmente, à condição social encontrada por nosso governo. Todos a conhecem. Entretanto, infelizmente, a Oposição – que respeito, pois está fazendo o seu papel – tem a coragem de vir criticar a política democrática de negociação que vem sendo

feita pelo governador Jaques Wagner.

E quero também, Sr. Presidente, de forma verdadeira, como sempre fiz, lamentar a postura daqueles que, por não entenderem a abrangência do papel da Assembleia Legislativa da Bahia e por não compreenderem esta crise na Segurança Pública do Estado, desrespeitam este Poder. Refiro-me àqueles que não entendem que a Bahia não é só Salvador.

Pois bem, o nosso deputado teve a ideia de chamar para a intermediação deste movimento os vereadores da Câmara Municipal de Salvador. Acho isso um desrespeito à Assembleia Legislativa da Bahia. Como o deputado Luiz de Deus, temos conhecimento da crise na área da segurança, no polígono da maconha, perto de Chorrochó, Abaré, mas entendemos que os vereadores dessas cidades, que tanto conhecem a crise da segurança pública, não devem intermediar esse processo.

Nenhuma intermediação que tiver de ser feita no âmbito do Estado da Bahia, não poderá ser feita pelo Senado Federal, pela Câmara de Deputados nem por nenhuma Câmara de Vereadores. Se houver necessidade de alguma intermediação política, ela tem de ser feita por membros dessa Casa.

Queria, portanto, dizer, aqui, que, quando discordo dessa posição, não estou querendo diminuir o papel dos legisladores municipais. Acho que a crise e a responsabilidade desta Casa, deste Parlamento são bem maiores do que alguns papéis burocráticos, que alguns pensam que é apenas nosso dever exercer.

Portanto, fica esse alerta a esta Casa e a minha decepção com relação a algo que foi proposto por um dos nossos membros.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu prezado Paulo Rangel, tenho dois tópicos. O primeiro é com relação à herança recebida. Nesse aspecto, tenho que discordar de V.Ex^a, até porque gostaria de lembrá-lo de que isso foi um dos motes, um dos carros-chefes da campanha do então candidato Wagner, sob alegação de que o pessoal da Polícia Militar tinha um salário incompatível com as suas responsabilidades, comparando-se inclusive com o do pessoal de outros estados brasileiros. Então essa herança foi herdada dos compromissos de campanha do então candidato Jaques Wagner, e agora a PM, aliás, não quero entrar no mérito da questão, embora seja contra a greve e ache que temos que tratar esse assunto com muito cuidado muita responsabilidade. Nem ia tratar desse assunto, estou apenas dando um enfoque a ele.

Agora, com relação ao que V.Ex^a falou sobre a reunião que está sendo realizada pela Câmara de Vereadores, concordo plenamente com V.Ex^a. Hoje, quando tomei conhecimento desse fato, liguei para o deputado e disse-lhe: “Deputado, esse assunto tem que ser tratado aqui dentro, não é assunto para Câmara de Vereadores”. Portanto, repito, concordo plenamente com V.Ex^a de que é um assunto que temos, nós todos, 63 parlamentares, independentemente de posições político-partidárias, de ter a preocupação com a população e com tudo que estiver a cargo da Assembleia Legislativa, Nisso aí V.Ex^a pode contar não só comigo, mas também com toda a Bancada Minoria da Casa, em nome da qual falo, e terá todo nosso apoio para chegar

a uma situação que não leve a Polícia Militar a entrar em greve, pois já temos um passado de greve do qual ninguém mais quer se lembrar.

Então, parabenizo V.Ex^a por essa segunda observação, na qual tem todo o nosso apoio.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, mas entendo que herança é algo que se herda. Podemos até ter ainda dívida relativa, mas ela está sendo paga aos poucos.

Quanto a essa posição da Câmara de Vereadores de intermediar esse processo, a qual está sendo liderada por um deputado desta Casa, acho que cabe ao presidente da Comissão de Segurança e Direitos Humanos desta Casa adotar uma posição, até porque acredito que essa Comissão não foi criada por brincadeira e tem, por isso, que ser respeitada. Não se trata, com todo o respeito, de uma crise na Guarda Municipal, deputado Heraldo Rocha, mas de uma crise que envolve o oficialato da PM, e não os inspetores da guarda municipal. É a Polícia militar, e não Guarda Municipal.

Então temos que ter cuidado com nosso papel para que não o vulgarizemos. E acho que, atuando dessa forma, vamos estar exercendo o nosso papel em relação à intermediação de crise junto a qualquer estrutura de governo.

O Sr. Álvaro Gomes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Com o aparte o deputado Álvaro Gomes, depois o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Álvaro Gomes:- O deputado Paulo Rangel faz uma abordagem importante. Antes, eu já havia feito uma referência sobre a questão da segurança e, realmente, esse assunto deve ser discutido na Assembleia Legislativa com o governo e com própria Polícia.

Eu dizia há pouco que muitas reivindicações dos policiais estão sendo atendidas. E quais são as principais reivindicações? Melhores salários e melhores condições de trabalho. Na linha de melhores condições de trabalho vem: a nomeação de 3.200 policiais, novo concurso e novas nomeações que deverão ocorrer com mais 3 mil. Então, serão 6 mil novos policiais e isso fará com que melhore as condições de trabalho deles. Viaturas: mais de 500 viaturas novas e outras serão entregues. Coletes à prova de balas: a licitação já foi feita e nova licitação deverá ser feita. Curso de formação de condutores: a partir de amanhã começa o curso para formação de 150 condutores.

Portanto, boa parte das reivindicações vem sendo atendida pelo governo do Estado. Evidentemente, existem outras pendências que precisam ser discutidas e, naturalmente, o governo tem tido o bom-senso de negociar. Acredito que temos que contribuir com nosso trabalho neste processo de negociação porque é de interesse de todos nós, é de interesse da sociedade resolver este impasse, este conflito para que tenhamos tranquilidade no Estado da Bahia.

São essas as considerações que faço para reforçar o discurso de V.Ex^a.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e o incorporo ao meu discurso. Passo a palavra agora ao deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Vou falar sobre o assunto daqui a pouco.

Deputado Paulo Rangel, ontem, eu coloquei a posição da nossa Bancada, clara, cristalina, não vamos estimular o caos. Achamos que temos que ter neste momento serenidade, ética para tratar um assunto de tamanha gravidade. Não vamos fazer como no passado recente, inclusive, eu participei do grupo que coordenava em 2001, como secretário de Justiça, as discussões com a corporação. O que eu fico triste é o assunto ser retirado desta Casa.

Hoje, fomos solicitados por alguns membros do comando do movimento de greve e nós os atendemos na Liderança, estavam presentes vários parlamentares. Amanhã, às 10 horas, teremos a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, e os convidamos para que eles participem dessa reunião. O soldado Prisco informou na presença dos Srs. Deputados que está sendo ameaçado de morte, inclusive fiz novo questionamento a ele: “O senhor está afirmando uma coisa muito grave. O senhor está sendo ameaçado de morte?” Ele confirmou. Estou tentando falar com a desembargadora Sílvia Zariff porque ele comunicou isso na presença de vários deputados e disse que amanhã vai trazer esse assunto para a reunião da Comissão de Direitos Humanos, também estou tentando dar um telefonema para o presidente da OAB, Saul Quadros.

Então, a postura de V.Ex^a, a maneira como V.Ex^a está colocando este assunto é a mesma da Bancada da Oposição. Temos que ter cuidado, serenidade, pois trata-se de um assunto bastante grave.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte a V.Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

Concluindo, Sr. Presidente.

Se o soldado Prisco, uma vez comprovado realmente que o mesmo é vítima de ameaça de morte, com certeza o nosso governo e o secretário da Segurança Pública saberão muito bem tratar esta questão, dando inclusive proteção a este policial.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Muito embora eu não acredite que passe pela cabeça, de qualquer membro deste governo ou de algum correligionário vir mesmo sabendo que a greve da Polícia Militar não é permitida, mas entendendo que o processo político é dinâmico e alguém ligado ao nosso governo venha fazer qualquer tipo de ameaça, até porque isso seria o desrespeito àqueles que, talvez não legalmente, em alguns momentos legitimamente fizeram algum tipo de movimentação, ainda sendo membro efetivo da Polícia Militar ou da Polícia Civil.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Queira concluir, deputado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo ou da Maioria ou do PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarão pelo tempo de cinco minutos os

deputados Javier Alfaya e Roberto Carlos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Javier Alfaya.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, deputado Rogério, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, companheiros da imprensa, companheiros e companheiras professores e professoras e coordenadores pedagógicos presentes, sei que a tarde de hoje vai girar, certamente, em torno das mudanças políticas que tivemos no governo com a saída do PMDB da nossa gestão e do projeto de mudanças da Bahia que o povo elegeu.

Sei que há outros assuntos importantes como o movimentação da Polícia Militar e de alguns e não apenas dos coordenadores pedagógicos, policiais civis e militares e outros profissionais aprovados em concursos e que estão esperando ser convocados para trabalhar. Isso é o que a Bahia quer e o governo também. Mas deixemos esses assuntos para tratar com mais tempo daqui a vinte minutos ou meia hora, deputado Arthur.

Quero falar de um outro assunto que me toca muito de perto que é o falecimento do companheiro de atividades, porque, de certa maneira, exerço a fotografia. Ele foi amigo, pois o conheci e foi colaborador de minhas campanhas doando obras de arte e fotografias. Falo do passamento do querido Mario Cravo Neto que, provavelmente, tenha sido o mais importante fotógrafo do nosso Estado e seguramente um dos maiores fotógrafos do Brasil, ao lado de Sebastião Salgado, Miguel Rio Branco e de outros que, tendo nascido aqui em nossa pátria, são reconhecido internacionalmente com obras expostas em acervos permanentes nos mais importantes museus do mundo.

Este é o caso de Mario Cravo Neto que tem obras em museus de Tóquio, Nova Iorque, Paris e aqui mesmo em nosso país, tanto na Bahia como São Paulo, Rio de Janeiro e outros lugares onde há importantes centros de exposição de artes plásticas. Então, queria, com muito pesar, registrar esta grande perda para a arte e para a cultura baiana.

Reafirmo que Mario Cravo Neto foi um grande inovador da fotografia, pois foi uma pessoa que registrou a cultura popular da Bahia como as manifestações do candomblé, da religiosidade popular e diversas manifestações coloridas e pulsantes como o nosso carnaval e festas populares. Ele conseguiu reinterpretar gráfica e visualmente essas grandes manifestações; fez não uma obra de registro como alguns costumam fazer, mas uma obra artística criando e recriando o visual que emana dessas manifestações, obra original, nova obra, uma nova manifestação que é a sua própria arte.

Eu aproveito o momento em que homenageio Mário Cravo Neto para dizer também que não tive oportunidade de fazer antes uma homenagem mais extensa, mais densa a dois outros fotógrafos que também nos deixaram recentemente.

Um conheci muito de perto. Era professor da Faculdade de Comunicação da UFBA, o querido Oldemar Vitor, que morreu há alguns meses e foi professor de Fotografia daquele curso de Jornalismo, de Comunicação. De maneira geral, uma

grande figura, silenciosa, discreta, mas igualmente um grande profissional, grande fotógrafo muito querido por todos aqueles que passaram pela Facom. Era bastante estimado também pelas novas gerações que tiveram contato com ele pela sua dedicação como docente, pela sua descrição no comportamento, na relação afável com as pessoas. Ele era muito sensível, perspicaz, uma grande figura que conheci desde quando fui presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFBa no início dos anos 80. Conheci Oldemar e desde sempre sua imagem ficou forte em minha memória. Então, aproveito para igualmente fazer-lhe uma homenagem.

Homenageio ainda um terceiro fotógrafo, um grande profissional do jornal *A Tarde*, um dos grandes homens da Fotografia enquanto jornalismo fotorreportagem: Wilson Besnosik, já falecido há mais tempo, no ano passado. Eu devia esta homenagem a ele e quero fazê-la neste momento, deputada Maria Luiza, deputado Arthur, deputados que estão prestando atenção ao meu pronunciamento.

Neste momento em que vivemos o mês de agosto, que é o mês da fotografia, pois 19 de agosto é o Dia Mundial da Fotografia, aqui em Salvador estamos presenciando, com muito prazer, uma grande realização daquela que é a melhor instituição de fotografia do nosso Estado: a Casa da Fotografia, juntamente com o Palacete das Artes. O evento tem o apoio da Secretaria da Cultura, que vem realizando neste mês o que se chama “A Gosto da Fotografia”. Deve ser a 7ª ou 8ª edição, congregando fotógrafos baianos, fotógrafos de outros lugares do Brasil e de alguns pontos de fora do nosso País, elevando a fotografia na Bahia e a da Bahia à condição de arte, fazendo com que no mercado o interesse pela obra de fotógrafos e fotógrafas baianos ou não possa se consolidar no nosso Estado.

A minha homenagem a Mário Cravo Neto, a Oldemar Vitor e ao grande Wilson Besnosik, do jornal *A Tarde*.

Muito obrigado, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Roberto Carlos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, funcionários, imprensa, quero registrar no Anais da Assembleia que no dia 23 de julho aconteceu a decisão do Campeonato Baiano de Futebol da 2ª Divisão.

Dois clubes, depois de muitas lutas no Campeonato Baiano de Acesso, ficaram para decidir o título: o Bahia de Feira e a Sociedade Desportiva Juazeirense, da nossa cidade e do qual eu tenho a honra de ser presidente.

Foi um jogo emocionante, Sr. Presidente! Nunca, em nenhum outro momento, o acesso à elite do Campeonato Baiano de Futebol teve tanta disputa, tantos torcedores nos estádios como neste 2009.

Só para dar conhecimento a V.Ex^{as} no último jogo em Juazeiro, entre a Sociedade Desportiva Juazeirense e o Bahia de Feira, nós tivemos recorde de público no Estádio Adauto Moraes, com a capacidade máxima do estádio, com 12 mil

pagantes, 12 mil torcedores, trouxe de volta o orgulho, o prazer do povo juazeirense de voltar ao Estádio Adauto Moraes depois do time do Juazeiro entrar para a segunda divisão do campeonato.

Juazeiro sempre mostrou a sua potencialidade no futebol. Nós todos somos testemunhas de ter um grande jogador na Seleção Brasileira, que é o Daniel Alves, que está engrandecendo o futebol do Brasil na Espanha, além dos outros jogadores que passaram por grandes clubes, como é o caso de Nunes, Luís Pereira, aquele zagueiro que encantou o mundo com o seu futebol de categoria, que é filho da cidade de Juazeiro.

O nosso querido Juazeiro ficará registado em nossa memória, em nosso coração, como um time que veio a disputar o Campeonato Baiano de 2001. Lamentavelmente, algo impediu que o Juazeiro pudesse chegar à primeira divisão, o empate. Aliás, perdeu para o Bahia de 3 x 1 lá no Estádio Adauto Moraes. Deixou de conquistar o título, mas o poder do futebol de Juazeiro foi novamente levantado através da Sociedade Desportiva Juazeirense, que disputou pela segunda vez a competição na segunda divisão; no primeiro ano, foi o terceiro colocado; no segundo, foi segundo. Só que no campeonato baiano de futebol da segunda divisão não sobem dois clubes para a primeira divisão. É inédito! Único! Único campeonato na história do Brasil em que só um, só o campeão, é que sobe para a primeira divisão.

Gostaria de fazer esse registro aqui para que as pessoas, as autoridades, a imprensa possam ter conhecimento, porque no campeonato brasileiro da primeira divisão caem quatro clubes e sobem quatro clubes. E só no campeonato da Bahia, da primeira divisão, cai um clube e sobe um.

Lamentável, um time que vai para uma decisão, que é recordista de renda, que é recordista de público, que tem o ataque mais positivo de uma competição, não pode chegar à primeira divisão do campeonato baiano. O clube que perdeu somente uma partida em toda a competição não pode chegar à elite no campeonato baiano, fazendo com que o torcedor juazeirense seja penalizado. E, por que não dizer, baiano. Porque agora Feira de Santana, único município no Estado da Bahia a ter três equipes de futebol na primeira divisão do campeonato baiano, Bahia de Feira, Feirense e Fluminense são equipes que estão na primeira divisão. Lamentavelmente o norte da Bahia, com mais de 4 milhões de habitantes, não tem um time na primeira divisão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado, queira concluir, por gentileza.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Se V.Exª me permitir, são 30 segundos. Com a palavra o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Eu quero parabenizá-lo como desportista, sei do empenho que V.Exª teve no sentido de praticamente ser o criador do Juazeirense. Quero dizer que concordo também quanto ao fato de só subir um único clube. Até porque, para nós, que conhecemos a região, no nosso entendimento, seria muito proveitoso que dois clubes de Juazeiro adentrassem o campeonato baiano.

Mas queria registrar também aqui, para aqueles que não sabem, que o Feirense

tem como técnico o ex-jogador Sapatão, que se recusou a ser técnico do Bahia. Se V.Ex^a não sabe, ele preferiu continuar no Feirense. Vejam só a crise em que entrou o Esporte Clube Bahia!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- É verdade. Só para concluir, deputado. Inclusive, deputado Paulo Rangel, incorporo a participação de V.Ex^a no meu pronunciamento. Gostaria de registrar, para conhecimento da Casa, que o Bahia, o Bahia da capital, o Bahia de tantas história bonitas, bicampeão brasileiro...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado, queira concluir o pronunciamento!

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Concluindo – (...) hoje tem dificuldades para manter um elenco de qualidade, mas patrocina o Bahia de Feira.

O Vitória, que também tem dificuldades no Campeonato Brasileiro, patrocinou o Galícia, na Segunda Divisão do Campeonato Baiano, e fez um grande mal para a história desse clube.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Gaban, e eu próprio, também por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, como havia dito ao deputado Paulo Rangel, não iria tratar, meu caro deputado Gilberto Brito, pelo menos publicamente, do processo de greve da Polícia Militar, mas, instado que fui, já que o deputado Paulo Rangel disse que é uma herança do passado, tenho que voltar a esse assunto.

Iniciaria, deputado Álvaro Gomes, dizendo que, em vez de o governo, através do secretário Carlos Martins, estar em processo licitatório, já publicado no Diário Oficial, para instalação de um Posto Fiscal em Correntina – nada tenho contra a instalação de um Posto Fiscal, pois é uma oportunidade de momento –, avaliado em três milhões de reais, poderia utilizar parte desse dinheiro para comprar os coletes de que a Polícia está precisando, dar um armamento mais adequado à Polícia Militar e outras finalidades, até mesmo treinamento, e não utilizá-lo num momento de dificuldades, em que vemos as escolas sem professores e 800 coordenadores pedagógicos concursados – e todo governo tem que dar prioridade ao tripé Saúde, Educação e Segurança Pública – sem ter uma oportunidade de emprego, de dar uma melhora nas condições da Educação do nosso Estado.

Na área da Segurança, vemos policiais, escrivães sem ser contratados, delegados concursados, que já fizeram o curso de treinamento, sem ser nomeados, enquanto mais de 100 municípios continuam sem um delegado.

Na área da Saúde, vemos pessoas morrendo na porta dos hospitais por falta de atendimento.

Então, o governo tem de saber onde deve, no momento, aplicar os recursos. Esse é o cuidado que não está tendo.

Com relação à Segurança, acho que todos nós temos que ter extremo cuidado. É um assunto que preocupa, diferentemente, deputado Heraldo Rocha, daquela época em que houve a greve da Polícia Militar. O que fizeram os deputados da Oposição naquela época? Foram todos, ou a maioria, aos quartéis; às televisões, e os jornais anunciavam esses deputados incentivando a greve, a paralisação. Quando viram que ninguém mais tomava conta... e que a Salvador virava uma baderna, eles caíram fora porque estavam na contramão da história.

Diferentemente disso, nós, da Oposição, não procedemos assim. Tivemos problemas no passado, e isso serviu de lição. Então estamos tendo a responsabilidade de não insuflarmos o movimento grevista. A obrigação de todos nós é, nesta Casa, e não na Câmara de Vereadores, discutir o assunto, se o governo tiver boa intenção de resolver um dos principais argumentos que utilizou na campanha eleitoral, que era dar um salário digno à Polícia Militar, é lógico que, diferentemente do que o secretário Carlos Martins tem dito, ou seja, diz uma coisa e depois faz outra. Diz ele, por exemplo, que a saúde financeira do Estado melhorou. Mentira! Hoje mesmo, já fiz um pronunciamento sobre isso. Acho que ele está querendo se manter no cargo, é a única explicação, porque não existe nenhum raciocínio lógico para ele ficar mentindo, com uma mentira atrás da outra. Num mês em que as transferências, constitucionais, de recursos do Governo Federal caíram R\$ 63,5 milhões, ele dizer que houve um acréscimo na arrecadação nominal do ICMS nominal de R\$ 10 milhões é ilusório. Ele está voando, não sabe o que está fazendo. Nós não! Estamos aqui e se o governo, efetivamente, quiser negociar o lugar é este, a Casa Legislativa, é a Comissão de Segurança Pública, na qual amanhã temos reunião, que se faça uma comissão suprapartidária.

Deputados Javier e Paulo Rangel, garanto a V.Ex^{as} que o governo terá todo o apoio da Minoria aqui nesta Casa. Nenhum de nós insuflará a Polícia Militar para que entre em estado de greve e prejudique a população baiana.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Estamos cientes da nossa responsabilidade. Espero que o governo do Estado queira efetivamente negociar, e não proponha apenas a centralização do Comando Geral, pois é obrigação centralizar o Comando Geral.

Conheço e confio no comandante geral, que tem muitos anos de serviços prestados à corporação. É necessário dar autonomia para que ele tenha liberdade de negociação, porque centralizar sem dar autonomia, ou seja, tudo que é discutido tem que passar por um conjunto de secretários, enfraqueceria o comandante geral, coisa que nenhum de nós deseja para a gloriosa Polícia Militar do nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao líder do

governo e da Maioria...

O Sr. Heraldo Rocha:- O deputado Luiz de Deus falará, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Perdão, nobre Líder Heraldo Rocha. Com a palavra o nobre deputado Luiz de Deus pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. das Galerias, concursados da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, venho a esta tribuna, hoje, fazer um pedido ao Sr. Secretário da Educação, Dr. Oswaldo Barreto, que chega a função de secretário de Estado graças a grosseria e indisciplina de Chico Bento. Acredito que foi necessário um Bento para retirar de lá o Sr. Adeum Sauer, ex-secretário.

Srs. Deputados, associado a esse pedido que irei fazer ao Sr. Secretário da Educação, lembro também aos Srs. Deputados, hoje, da Base do governo, e ontem da Oposição, que aqui bradaram seu verdadeiro horror ao REDA – Regime Especial de Direito Administrativo – e acusavam o gestor público da época de fazer política eleitoreira com esse regime.

A minha viola só tem um tom, toca sempre a mesma coisa. O que dizia ontem é o que digo hoje, nunca fui contra o REDA, como não sou hoje. Acredito até que poderíamos dizer que o REDA é um mal necessário.

Lembrava, hoje, aos senhores futuros coordenadores pedagógicos que a Bahia há três anos, deputado Pedro Alcântara, tinha em torno de 25.000 contratos REDA, e o estado do Acre, um estado bem pequeno, com a população menor ainda, tinha 22.000, e era administrado por um petista, o estado de Minas Gerais tinha 103 mil contratos REDA, o Estado de São Paulo, 150 e a Bahia, apenas 25. Por que esse REDA é um mal necessário? A esmagadora maioria desses 25 mil contratos REDA eram da Secretaria da Educação. Eu explicava para ele que, entre falecimento, aposentadoria, licenças médicas e licenças outras são afastados por ano, em torno de 3.900 funcionários da Secretaria da Educação. Então, torna-se inviável a substituição por concurso público com a presteza de que a educação necessita. Há sempre necessidade de alguns contratos REDA. Agora, fazer contratos REDA na presença dos concursados, que já estão aí há vários anos aguardando serem chamados, desde 2005, é realmente uma atitude, no mínimo, diabólica.

Por isso, peço aos Srs. Deputados da Bancada do governo que, junto ao Sr. Secretário da Educação, providenciem a contratação o mais rápido possível daqueles coordenadores pedagógicos.

Era isso que eu tinha a dizer hoje nesta tarde, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, o deputado Sérgio Passos vai falar por 5 minutos, e eu falarei também por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Sérgio

Passos, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SÉRGIO PASSOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas Galerias Paulo Jackson, antes de mais nada quero dizer, Joaquim, que sou solidário aos professores que foram concursados e aprovados para exercer a função de coordenador pedagógico. Por diversas vezes, andando no interior, fui abordado por professores jovens que desejavam entrar no serviço público da educação através dessa prestação de serviço especial. Com o não chamamento dos coordenadores pedagógicos pelo Estado, este fica praticamente na contramão da educação moderna.

Em grande parte dos municípios da Bahia, hoje, todas as escolas e todos os colégios são regidos com a ajuda, com a participação dos coordenadores pedagógicos, importantíssimos para o bom correr do ano letivo, para a integração dos professores e para que finalmente o aluno tenha real aproveitamento. Tenho absoluta certeza de que vocês são importantíssimos nesse mister.

Apresento-lhes a minha solidariedade, também o meu entendimento da importância da contratação dos coordenadores pedagógicos. Por isso mesmo, por diversas vezes conversei com o ex-secretário Adeum Sauer da necessidade de que fossem convocados os professores, não só para os grandes colégios, mas, principalmente, para os pequenos colégios do interior. Essa é a minha mensagem a vocês.

Não poderia deixar de abordar aqui a visita que nos foi feita ontem pelo governador do nosso partido, de São Paulo, José Serra, que veio numa ação administrativa importantíssima para a Bahia. Importantíssima economicamente porque através do convênio da parceria na cobrança do ICMS assinado com o governo do Estado da Bahia pelo menos 70 milhões de reais deverão entrar nos cofres da Bahia.

Outra coisa muito importante foi o convênio assinado entre as Companhias do Metrô de São Paulo e do Metrô da Bahia para que os técnicos, os funcionários do metrô da Bahia possam fazer treinamento ganhando conhecimento, *know-how* necessário para o bom início dos serviços do metrô na cidade do Salvador. Metrô este que - há alguns dias isso já se arrasta - já vem sendo prometida a sua inauguração, e espero que realmente em novembro comece a funcionar e que os nossos administradores estaduais, municipais e federais já comecem pensando na sua expansão. Já é observado por todos nós que utilizamos a avenida Paralela para vir trabalhar ou para ir ao lazer, que dentro de 2, 3, 4, 5 anos essa avenida ficará inviável, pois o seu trânsito se tornará totalmente entravado, levando ao desespero, ao estresse todos nós baianos que a utilizamos.

Com o desenvolvimento do País, são colocados na Bahia 3 mil veículos novos a cada dia, e grande parte deles aqui em Salvador, por isso tenho absoluta certeza da necessidade de expansão das linhas do metrô. E não só da já planejada no sentido Canabrava, como também de uma linha que ligue a região do Iguatemi, passando pela Pituba, até o Aeroporto de Salvador. Assim a nossa capital será uma cidade que acompanha o seu tempo, atendendo as suas necessidades na área do transporte de massa.

Tenho fé e confiança que dentro em breve, com essa ajuda técnica que nos foi trazida pelo governador José Serra, o metrô de Salvador terá um funcionamento de escol, exemplar, e que os nossos administradores trabalharão no sentido da expansão de linhas para outros destinos da nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, queria reforçar, contrapondo-me à posição do nobre deputado Gaban, a necessidade do posto fiscal lá em Correntina, afirmando que ele não traz nenhum prejuízo para a infraestrutura da Polícia Militar.

Já falei aqui, e vou repetir, que a PM vem investindo em infraestrutura e que o governo do Estado tem tido essa preocupação. Em relação aos coletes à prova de bala, devo dizer que já foi feita a licitação e existem recursos disponíveis para comprar a quantidade necessária para atender a Polícia. Portanto não há nenhuma relação esse posto fiscal em Correntina com os recursos para a Polícia Militar, tendo em vista que há dinheiro e que já foi feita a licitação. Já foram entregues 1.200 coletes e outros 3.600 deverão ser entregues logo.

A Polícia Militar deverá também viabilizar a compra de um helicóptero; já foram distribuídas 500 viaturas; 3.200 policiais já foram nomeados; outros 3.200 serão. Então não tem nenhuma relação o posto fiscal de Correntina com a Polícia Militar aqui em Salvador e nos demais municípios do Estado da Bahia.

Queria deixar isso claro, na medida em que as reivindicações dos policiais, no que diz respeito à infraestrutura e a melhores condições de trabalho, estão sendo atendidas pelo governo do Estado, que vem desenvolvendo um processo negocial permanente através comandante Mascarenhas, do secretário da Segurança e do próprio governador. E esse canal continua aberto permanentemente.

Mas gostaria de abordar agora um outro assunto. E até adianto que não poderei estar presente amanhã à reunião da Comissão de Direitos Humanos porque estarei em Brasília em reunião com o ministro Hélio Costa e o deputado federal Daniel Almeida para tratar da questão da universalização das telecomunicações e do acesso à Internet.

Amanhã estaremos levando para o ministro um abaixo-assinado digital contendo 40 mil assinaturas abordando o preço diferenciado dos serviços oferecidos pela Oi Velox de acesso à Internet banda larga. É uma campanha que nós começamos com o ingresso de uma ação na Justiça, bem como dando entrada a um projeto de lei aqui na Assembleia Legislativa.

Vamos abordar com o ministro esses temas, assim como um outro: a chamada tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis do Estado da Bahia, cujo projeto de lei também se encontra nesta Casa. O nosso relator Luiz de Deus, sem dúvida nenhuma, fez um relatório muito bom na Legislatura passada. É o relator novamente e naturalmente mantém a mesma posição para coibir os abusos das empresas de telefonia, que cobram um valor absurdo e inaceitável para os serviços, mesmo sem

serem utilizados.

Portanto, nesta quarta-feira mais uma vez estaremos discutindo com o ministro Hélio Costa esses temas para que possamos realmente vencer essa batalha. O acesso à Internet hoje é uma necessidade, e não um luxo. O acesso ao telefone atualmente também é uma necessidade, e não um luxo. Nós estamos lutando de todas as formas, com ação na Justiça, projetos de lei e audiências que já fizemos e faremos de novo amanhã. Por isso, nesta quarta não estarei na sessão plenária, bem como na reunião da Comissão de Direitos Humanos.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PRP/PDT/PSC para falar ou indicar o orador por 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o colega deputado comunista Javier Alfaya.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Obrigado, amigo Waldenor Pereira.

Presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, como disse anteriormente quero comentar agora o acontecimento político dos últimos dias: esta decisão de pelo menos uma parte do PMDB, talvez a majoritária do partido, liderada pelo atual ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, de se retirar da administração vitoriosa do governador Jaques Wagner, abandonando assim aquele projeto que o povo da Bahia decidiu para capitanear e conduzir os destinos das coisas públicas do nosso Estado por este período que vai terminar ainda em dezembro do ano que vem.

Nós do PCdoB, Partido Comunista do Brasil, lamentamos a decisão do grupo geddelista de sair da administração porque entendemos que qualquer brecha ou racha, por menor que seja, nessa grande aliança feita e escolhida pela população baiana para governar esta terra é a princípio prejudicial, inclusive porque entra em contradição com a decisão do próprio ministro e de seu grupo, do seu partido maior, de continuar evidentemente na administração do presidente Lula e dando-lhe sustentação política, parlamentar no Congresso Nacional, seja na Câmara ou no Senado.

Portanto, a decisão é uma contradição com o que é feito em escala nacional. Nós, do PCdoB, realmente lamentamos essa decisão tomada pelo grupo comandado pelo atual ministro. Mas achamos, deputado Waldenor Pereira, que em breve esse grupo, que é importante na política do nosso Estado, vai se arrepender dessa atitude. Em primeiro lugar porque as pesquisas, no que diz respeito às opções atuais do eleitorado baiano, não indicam uma opção como preferência pelo atual ministro, e quando se faz alguma projeção para o futuro tampouco aparece o ministro como uma das opções queridas ou preferidas do eleitorado baiano. Seja na disputa em torno do primeiro turno, ou seja em projeções, ou especulações, envolvendo possível segundo turno nas eleições de 3 de outubro de 2010.

Acho que essa decisão equivocada vai se transformar como se diz no popular, em um “tiro no pé ” para o próprio PMDB. Acho que dentro de pouco tempo,

semanas, vão cair na real do equívoco que adotaram, da decisão precipitada, inconsequente, deputado, querido amigo Pedro Alcântara. Em breve o mundo político baiano vai perceber o arrependimento e o choro do PMDB por ter decidido um caminho equivocado para enfrentar um dilema que o povo da Bahia colocou em nossas mãos: o de tirar a Bahia do atraso em que foi deixada, tanto na educação como no terreno da saúde, da infraestrutura, das rodovias, da descentralização econômica, e em todas as outras áreas.

Se nós observarmos a faixa dos companheiros e companheiras que aqui estão e falam de um concurso realizado em 2005 no governo Paulo Souto. O resultado foi anunciado no início de 2006. Portanto, o concurso deles ainda está valendo, e é possível a convocação nos próximos meses. Esperamos que isso aconteça, evidentemente. Vou falar sobre isso daqui a pouco. Esse é o resultado do governo Paulo Souto, ou de um grupo político que ficou 16 anos sem fazer concurso para médico do Estado. Aqui no Plenário, vejo alguns médicos, como o deputado Pedro Alcântara, o deputado Heraldo Rocha, do Democratas. Não há médico na Mesa, mas há outros tantos médicos nesta Casa. Nós tivemos um Estado que ficou 16 anos sem concurso para médicos. Um governo que contratou através de uma cooperativa irregular, impedida pela Justiça em Brasília de continuar existindo, de firmar convênio com o governo da Bahia. Um Estado que disputava a 5ª ou 6ª pior condição de saúde pública da República brasileira. Um Estado, Srs. Coordenadores e Coordenadoras, vocês que vão ser profissionais da Educação, que passaram pela universidade, um Estado que disputava com Maranhão a pior condição de escola pública do Brasil, por termos 4 milhões de analfabetos, 2,5 milhões absolutos e outros funcionais, e por termos umas outras tantas performances no terreno específico da educação que eram sofríveis.

Não conseguimos reverter isso, evidentemente, porque é impossível reverter. Avançamos, e muito será feito agora, espero, na gestão do querido e competente professor, ex-dirigente da Escola de Administração da UFBA, doutor em Administração, ex-presidente da Fapex da UFBA, o professor Osvaldo Barreto.

Da mesma forma que falo de educação, posso falar de outros tantos aspectos da economia da Bahia. Do atraso em que nós ficamos de 83% de investimentos públicos e privados feitos na Região Metropolitana de Salvador, que eram 11 municípios e agora são 13, enquanto que 406 municípios da Bahia ficavam disputando 17% do dinheiro restante do investimento. Essa é a Bahia que nos foi legada. Eu não quero ficar aqui revisando o que é óbvio. Mas o povo da Bahia fez uma escolha. Mudem a Bahia. O desastre que foi deixado para nós, baianos. Esse é o desafio que tem o governo Wagner, e é uma pena que o PMDB tenha tomado essa decisão, mas ao mesmo tempo nós, do PCdoB, estamos ao lado do governador, das forças históricas que lutaram pela mudança do nosso Estado contra a ditadura militar, contra o autoritarismo de governadores como o Sr. Antonio Carlos Magalhães, que deixaram a marca da truculência, da intolerância, na política baiana, da ameaça, da chantagem, da invasão da vida privada, através de escutas ilegais, como nós tivemos aqui no início do governo Paulo Souto já vindo do governo anterior, de outros tantos

governos carlistas, de 800 famílias que foram investigadas através de grampings ilegais em nosso Estado.

Essa era a Bahia que nós tínhamos. De professor correndo da Polícia Militar quando fazia greve, quando pedia aumento salarial. Era o que tínhamos em nosso Estado!

Hoje, temos um Estado que respira e exerce a democracia, que realiza conferências sociais para decidir políticas públicas de Segurança Pública, Saúde, Cultura, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Educação e outros tantos aspectos da vida administrativa. Temos um governo que, em plena crise financeira da arrecadação, mesmo tendo perdido R\$ 500 milhões entre janeiro a abril, tem a coragem de inaugurar um outro Hospital Geral do Estado, com 120 leitos, 20 leitos de UTI e 800 empregos para médicos, auxiliares de enfermagem, enfermeiros e enfermeiras e outros tantos profissionais, injetando, na economia de Juazeiro, R\$ 1,5 milhão por mês, só em salários, desses 600 profissionais do Hospital Geral. É o único hospital geral, deputada, que trata portadores de câncer, tem uma clínica especializada em oncologia. É o único hospital público vinculado ao governo da Bahia que faz isso em nosso Estado, o que é a expressão do atraso da Bahia em termos de Saúde e do avanço que o governo Wagner está garantindo nesse terreno específico, graças à administração de Solla, para não falar da reafirmação do calendário de inauguração do Hospital da Criança em Feira de Santana, do Hospital Geral de Santo Antônio de Jesus, que, como é do conhecimento do deputado Rogério Andrade, ficou em processo de construção durante 17 anos! V.Ex^a balança o dedo negativamente, mas, se não foram 17 anos, foram 14!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- O governo está comprando os equipamentos, sem falar da reafirmação do cronograma de obras e da inauguração do Hospital Geral no Subúrbio de Salvador.

Então é um governo que tem deficiência e problemas com arrecadação graças à crise do capitalismo mundial, à queda das exportações do Polo Petroquímico, que levaram a uma diminuição da arrecadação por parte da administração estadual.

Sendo assim, reafirmo a minha simpatia pela causa das senhoras coordenadoras e dos senhores coordenadores e digo-lhes que, além deles, como já disse aqui, existem médicos, policiais esperando a convocação.

O Sr. Rogério Andrade:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor, pois V.Ex^a já ultrapassou, em muito, o tempo.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Há tempo que não conseguimos compartilhar a mesma sessão, mas irei concluir.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já fui tolerante com V.Ex^a com relação ao tempo!

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Há outras tantas categorias importantíssimas, e digo aos companheiros coordenadores que várias regiões da Bahia estão sem professores de Química, Biologia, Física e Matemática, porque quando da realização do concurso

não aparece um candidato! Essa é a deficiência inclusive da formação pré-concurso, que é a formação de certos professores nas nossas universidades. O problema está posto, e o governo da Bahia não tem como resolvê-lo em curtíssimo prazo. Boa parte do nosso interior fica sem professor de Biologia, por exemplo, porque não aparecem candidatos para se submeter ao concurso a fim de ensinar essa matéria. Portanto, tem bastantes pedagogos, coordenadores, mas professor de Química, Biologia, Física e Matemática está difícil de encontrar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Deputado Marcelo, reafirmo a minha dedicação e a do PCdoB a esse projeto, o meu otimismo na análise relativa ao futuro da nossa administração. O companheiro Jaques Wagner está ampliando a base política do seu governo, e espero mesmo que o PT ingresse com mais força na administração, mas que, principalmente, seja reconhecida a necessidade de o PC do B aumentar seus espaços no governo do Estado para que possamos ter mais capacidade de colaborar nesse grande projeto, que é transformar a Bahia numa terra mais feliz, em justiça, a fim de que possamos ter convicção absoluta no seu progresso, não apenas no crescimento econômico, mas também no amplo e global desenvolvimento social do seu povo, que é a grande meta de todos nós que estamos neste Plenário.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, existe uma solicitação do deputado Leur Lomanto Júnior com o seguinte teor:

“ Solicito, na forma regimental, que V.Ex^a proceda ao desligamento da Bancada do PMDB, com assento nesta Casa , da Liderança da Maioria Parlamentar, a partir desta data.

Vou mandar publicar.

Há também um ofício do deputado Waldenor Pereira, tendo em vista que o Líder do PMDB está saindo da base de sustentação da Maioria, solicitando o afastamento da deputada Virgínia Hagge da condição de Vice-Líder, tendo em vista, pelos cálculos que já fizemos, aliás, ela já pediu. Registro o pedido. O Líder tem... também vou mandar deferir.

Questão de ordem, deputado?

O Sr. Waldenor Pereira:- Não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, usarei 4 minutos e os outros 4 minutos, o deputado Gilberto Brito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Alcântara pelo tempo de até 4 minutos.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, deputado Javier Alfaya, V.Ex^a fala e bem do grande investimento que o governo fez na minha querida

Juazeiro, uma solicitação de V.Ex^a também, luta nossa, grande aliança feita em Juazeiro entre o PCdoB e o PR culminou com a grande vitória e uma administração ainda maior está acontecendo naquele município. Independente desse grande investimento, mais de 30 milhões de reais, com o investimento mensal de um milhão e meio, são mais de 600 funcionários contratados pelo Hospital Regional de Juazeiro e todo serviço de alta complexidade, hoje não temos mais complexo no setor médico para um tratamento adequado e urgente em Juazeiro.

V.Ex^a foi convidado e por agenda não compareceu, fizemos um convênio, prefeitura e Caixa Econômica, com ajuda do governo federal e estadual, para a construção de 2.500 casas populares. São 100 milhões de reais, deputado Paulo Rangel, que serão investidos, e dentro do contrato há uma exigência para que todo esse recurso das empresas que vão construir as casas seja para implementar o comércio de Juazeiro, desde o cimento a mão de obra, enfim, hoje teremos realmente a geração de mais de 2.500 empregos diretos em relação a esta questão.

Já está em movimentação a empresa que vai duplicar a ponte de Juazeiro, porque foi uma desmoralização para nós baianos e juazeirenses quando se fez apenas o lado de Pernambuco. Quando reassumi o meu mandato trouxe o problema a esta Casa, foi quando chamei de ponte picolé. Enfim, com a ação do prefeito, do governo, da Bancada federal da Bahia ou do conjunto de deputados federais da nossa Bancada, quantas e quantas vezes fomos ao DNIT, tanto em Brasília como aqui, hoje já está sendo montado o canteiro de obra. Já está sendo feito, deputado Paulo Rangel, o projeto do anel viário de Juazeiro, já contratado e pago, para que seja licitado ainda este ano.

Já temos emendas nas nossas Bancadas no valor de 30 milhões de reais para fazer o anel viário, que são cinco viadutos dentro da cidade. Então, dentro de dois anos estará mudada toda a face de Juazeiro, porque foi uma herança que se encontrou com a administrações municipais, das quais sou até responsável por algumas, outras não, mas a verdade precisa ser dita.

Meu caro deputado Javier, volto à questão da votação e depois farei referência aos professores concursados de 2005, é bom que se frise e que se diga, Juazeiro também está precisando de coordenadores pedagógicos; temos feito algumas investidas com S. Ex^a, o Sr. Governador, no sentido de equacionar e começar a convocar porque realmente há necessidade.

Digo que estou há 20 anos nesta Casa e tudo que vejo aqui em discurso é repeteco, tanto da Oposição como da Situação, cada qual na sua condição, e sempre em relação aos funcionários públicos da Bahia, e mesmo como Líder de um governo durante quatro anos, eu dizia o seguinte: é muito difícil a questão do funcionalismo público. Dizem os que chegaram aqui antes de mim que o melhor governo para o funcionalismo público foi o do governador João Durval. Pasmem os senhores, fiz concurso para médico do governo João Durval. Mesmo médico pobre, quando vi o salário, deputado Arthur Maia, preferi trabalhar de graça para o povo a trabalhar para o Estado. Então, isso é uma coisa muito complexa, cada um faz o seu discurso em relação a essa questão.

Meu caro presidente, vi hoje um grande articulista, político, empresário e jornalista na *Rádio Metrópole*, Joaci Góes, cobrar do governo baiano a lei contra o fumo, e que já está em vigência em São Paulo. Há projetos nossos tramitando nesta Casa, Sr. Presidente, e acho dois projetos interessantes: um, é o da lei sobre o uso abusivo do fumo; o outro, para obrigar shopping center e hotéis de cinco estrelas a terem sala de leitura.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Concluindo, Sr. Presidente.

Acho importante acelerarmos a votação desse projeto, porque os grandes municípios, inclusive Salvador, já fizeram uma lei similar que já está em vigor. Daqui a pouco, outros grandes municípios como Ilhéus, Itabuna, Juazeiro, suas câmaras o farão e a nossa lei estadual tornar-se-á desnecessária.

Portanto, quanto a esses dois projetos – tanto esse como o da sala de leitura obrigatória –, solicitamos a V.Ex^a que nos ajude a colocá-los em votação o mais urgente possível.

Concluo dizendo que só aqueles que vêm a esta tribuna ou articulam fora desta Casa, na Câmara, o incentivo ao movimento da Polícia Militar, são os que não viveram ou viram aquele movimento, deputado Marcelo – porque nós aqui nesta Casa fizemos vigílias em relação àquela questão –, um momento muito tenso. Acho que é uma irresponsabilidade alguém vir a esta tribuna ou articular fora dela, em qualquer outro espaço político nesta cidade, para fomentar um movimento que é ruim para o governo, é ruim para a polícia e péssimo para a população baiana. Eu vivi, fui líder do governo naquela época, e lembro muito bem da noite de terror que aconteceu no nosso Estado. Portanto, é o momento para que todos entrem como “bombeiros” nesta questão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Concluindo, é um apelo que faço também ao presidente desta Casa que é cuidadoso e zeloso – conheço-o há muito tempo –, viveu e fez vigília nesta Casa no movimento daquele ano. Que possamos, realmente, dentro em breve levar tranquilidade e paz entre o governo e a Polícia Militar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, ainda há pouco V.Ex^a deu conhecimento a esta Casa de um requerimento assinado pelo Líder da Bancada do PMDB, deputado Leur Lomanto, informando à Mesa Diretora a decisão da Bancada de afastamento do Bloco, da Bancada do governo. Com base no art. 35 do Regimento que diz que “será sempre revista a representação partidária nas comissões da Assembleia Legislativa quando houver modificação ou dissolução do Bloco Parlamentar”, e em vista da iniciativa da liderança do PMDB, eu queria requerer a

V.Ex^a que mande providenciar, naturalmente, a recomposição das comissões permanentes.

Esta é a nossa questão de ordem. Trata-se de uma solicitação embasada no conteúdo regimental – art. 35 do Regimento desta Casa – já utilizado em outras oportunidades. Portanto, faço esta questão de ordem tendo em vista a iniciativa da liderança do PMDB, que V.Ex^a acabou de ler há pouco e já se encontra em suas mãos. Aliás, o deputado Leur já havia anunciado no dia de ontem, aqui na tribuna da Casa, a decisão da Bancada de afastamento do Bloco Parlamentar que compõe a Bancada de governo nesta Casa Legislativa.

Então, esta é a nossa questão de ordem, Sr. Presidente. Gostaria de solicitar a V.Ex^a que pudesse acolhê-la, tendo em vista o embasamento jurídico suficiente no art. 35 do Regimento da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Arthur Maia.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, de fato é pertinente a questão de ordem aqui suscitada pelo ilustre Líder da Maioria, deputado Waldenor Pereira, uma vez que sempre “será revista a representação partidária nas comissões da Assembleia Legislativa quando houver modificação ou dissolução de Bloco Parlamentar.” No caso, existe aqui uma modificação do Bloco Parlamentar. O PMDB saiu do Bloco da Maioria, passou a constituir uma Bancada e, obviamente, há de se fazer essa recomposição. Naturalmente nós, deputados do PMDB, antes de encaminharmos o ofício a V.Ex^a, fizemos uma avaliação, inclusive numérica, do percentual que caberia à nossa Bancada, considerando que o partido saiu das eleições elegendo seis deputados. Hoje, apesar de ter oito, o que tem prevalecido aqui é o resultado eleitoral, conforme já foi várias vezes colocado nesta Casa. E o partido deve dispor, portanto, de representação, com membros efetivos, Sr. Presidente, em oito comissões.

Atualmente, dispõe apenas de sete comissões com membros efetivos e três suplências. Então, a única modificação a ser feita é a concessão ao partido do direito de indicar mais um representante efetivo em uma das comissões em que não tem ainda a titularidade.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, queria me associar às palavras do deputado Arthur Maia. Efetivamente, existe uma modificação nas representações partidárias, mas não se configura qualquer tipo de alteração na proporcionalidade dos membros das comissões. Já fiz o cálculo e quero informar a V.Ex^a que, por causa desta nova situação, a Bancada da Oposição continua a ter dois membros, o PR um, o PMDB também um e o governo quatro. O PMDB já tem um membro em sete comissões, conforme informa o deputado Arthur Maia.

Portanto, se V.Ex^a quiser destituir, se não houver acordo, poderia assim

proceder na comissão em que o PMDB não tem representante. Nas outras já existe a proporcionalidade envolvendo o PMDB, o PR, a Oposição e o governo. Não é, portanto, necessário mexer nessas comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, a Presidência tem de manter a coerência. Quando o Tribunal de Justiça decidiu que teria de ser calculado pelo dia da eleição, mesmo não modificando os cálculos, a Presidência zerou todas as comissões...

O Sr. Paulo Azi:- Só para ajudar V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Paulo Azi:- Naquele caso V.Ex^a estava cumprindo uma determinação judicial. O caso agora é diferente, é de uma modificação que não altera a proporcionalidade nas comissões. Se houver alguma comissão em que a proporcionalidade não esteja sendo obedecida, aí cabe a V.Ex^a agir. Nas demais em que existe o respeito à proporcionalidade, não tem por que a Presidência intervir.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Quero apenas, Sr. Presidente, para aditar as questões de ordem dos deputados Paulo Azi e Arthur Maia, trazer à reflexão de V.Ex^a os arts. 65 e 66 do nosso Regimento Interno, que dizem o seguinte:

(Lê) *“Art. 65 – O mandato dos titulares e suplentes das Comissões finda-se com o início da sessão legislativa anual, estendendo-se no caso das Comissões Temporárias até o término destas.*

Parágrafo único – É permitida a renovação do mandato do membro de Comissão, bem assim de seus suplentes.

Art. 66 – Perderá a condição de integrante de Comissão:

I – o titular ou suplente que mediante comunicação escrita manifestar a sua renúncia, que se tornará perfeita e acabada com a publicação no Órgão Oficial;

II – o Deputado que faltar a mais de 10 (dez) sessões consecutivas, ou 25 (vinte e cinco) intercaladas durante a sessão legislativa, salvo doença comprovada.

Parágrafo único – Para os efeitos do disposto neste artigo, será considerado presente à Comissão o Deputado que, no instante das suas sessões, se encontrar em missão da Assembleia ou de suas Comissões.”

Portanto, os motivos para se retirar deputado de comissão estão aqui explícitos, não há possibilidade de outro. A não ser que o Líder do governo demonstre que hoje, devido à saída do PMDB, já está revista a proporcionalidade. Mas nós do PR e da Bancada da Oposição não temos nada a ver com esse peixe que foi a dissolução de um Bloco Parlamentar que era inteiro do governo.

É necessário, simplesmente, ver se está contemplada a proporcionalidade para atender o PMDB, que a adquiriu com o resultado das eleições. Isso não nos atinge, até em função do resultado do processo judicial que dá a cada partido direito de ter a indicação na proporcionalidade do resultado das eleições. Portanto, o Bloco da Oposição e o PR não têm nada a ver com isso.

Pelos próprios cálculos apresentados aqui, e não vi nenhuma contestação, desafio o Líder do governo a trazer qualquer reparo ao que foi dito pelo deputado Paulo Azi. Está muito claro que a Oposição continua a ter direito a duas vagas, o PR a uma vaga conquistada nas urnas, o PMDB a uma e o governo, com o seu bloco formalizado, a quatro. Portanto, não há que se falar sobre qualquer tipo de recomposição das comissões, haja vista que é apenas numa comissão que o PMDB não tem a sua proporcionalidade atendida. Somente nela é que tem de se rever, e só nos casos do governo. Não é a Oposição nem o PR que têm de rever qualquer tipo de indicação nova.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, a Presidência decide ser coerente com sua posição política. Vejamos o seguinte: o Tribunal de Justiça decidiu que o cálculo teria de ser feito dentro da proporcionalidade no dia da eleição. E a Presidência, mesmo coincidentemente não interferindo nos cálculos, decidiu zerar todas as comissões para os Líderes indicarem. Só não posso zerar se todos eles concordarem. É uma questão... Deixe a Presidência decidir.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Até para ajudar V.Ex^a e tentar esclarecer a situação, que o senhor consultasse os diversos Líderes para ver quais deles querem modificar os seus membros. Digo-lhe que, se o Líder Heraldo Rocha não deseja alterar os membros das comissões, não tem porque V.Ex^a destituir. Se o Líder do PR não deseja alterar também... Não estou entendendo o movimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, ouvi todos os Srs Parlamentares. A Presidência toma uma decisão, fruto duma coerência já no Parlamento. Tenha certeza que não serei autoritário. À minha decisão cabe recurso. Pode ser contestada, mas tenho de ser coerente. Quando o Tribunal de Justiça decidiu que os cálculos teriam de ser feitos, aqueles do dia da eleição, a Presidência veio aqui e decidiu que zeraria. Todos os partidos concordaram. Zerei. E, se algum partido discordasse, teria sido uma outra... Agora não posso tomar uma decisão diferente, exceto se os Líderes concordarem.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Pela ordem, Sr. Presidente?

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Pela ordem, Sr. Presidente?

O Sr. Waldenor Pereira:- Pela ordem, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, a Presidência tem de manter a coerência. Quando a mantém, para não ser coerente com a decisão anterior tem de haver um acordo entre Líderes. Está claro, o Regimento está aqui muito claro. O art. 35 é muito claro.

(Alguns deputados falam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas há alteração. O art. 35 diz que toda vez que há mudança na...

(Alguns deputados continuam falando fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É a proporcionalidade. A Presidência não pode tomar uma posição na questão do mês passado e outra nesta. Então ela

decide zerar todas as comissões, V.Ex^as têm três dias para indicar as comissões, mantendo-se a coerência política. Mas quero dizer com muita clareza que a minha posição é coerente com a que tomei, salvo engano, no ano passado. O deputado Elmar Nascimento entrou na Justiça, ganhou. Cheguei aqui, diga-se de passagem, até surpreendentemente para alguns que imaginavam que eu recorrería e não zeraria, manteria, mas a Presidência zerou, o deputado Waldenor contestou. Nós não podemos, deputado, e aí eu falo com muita clareza, em um momento atender à Base do governo, e na outra vez eu atendi à Base da Oposição contra a sugestão do deputado Waldenor Pereira, e neste momento eu não posso fazer diferente. Então a Presidência decide zerar todas as comissões, pedindo aos líderes partidários que indiquem no prazo regimental de três dias para manter a coerência política.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Gostaria de fazer uma ponderação com V.Ex^a. Eu compreendo o raciocínio de V.Ex^a, mas o que eu queria, respeitosamente, contraditar com o seguinte argumento. Historicamente, centenas de vezes certamente, já aconteceu, no trato ordinário desta Casa, de um partido ou um deputado sair da composição de uma Bancada ou de um Bloco e haver a recomposição. Isso aconteceu milhares de vezes. Quando isso aconteceu, do ponto de vista histórico, sempre, estou nesta Casa há quatro mandatos, V.Ex^a tem um mandato a mais que eu, pois saí para a Prefeitura de Bom Jesus da Lapa, mas V.Ex^a recorda que todas as vezes em que isso aconteceu apenas se modificou o partido que estava tendo algum tipo de diferença, para mais ou para menos.

No caso a que V.Ex^a se refere, o da ordem judicial, há de convir, presidente, que se trata de uma circunstância totalmente diferente das outras todas a que me refiro. Todas, em toda a história desta Casa. O que existiu foi uma revisão que o Tribunal Regional Eleitoral passou a ter no conceito da proporcionalidade. Até a decisão que foi aqui proferida pelo Tribunal de Justiça, objeto da ação promovida pelo deputado Elmar, nós sempre tivemos aqui a composição das comissões em virtude da fotografia da Casa naquele momento. Não é isso? Sempre foi assim. De repente, o deputado Elmar entrou na Justiça e esta decidiu, com base nesse conceito novo da fidelidade partidária, e isso atingia praticamente todas as Bancadas.

Por exemplo, eu e V.Ex^a fomos reeleitos pelo PSDB. Eu saí do PSDB e V.Ex^a saiu ou está saindo do PSDB também; do PMDB vieram outros deputados, do DEM alguns saíram, outros entraram, etc. Então, atingia a todas as Bancadas, portanto era natural que V.Ex^a fizesse de uma forma mais profunda essa reforma, até porque tratava-se de uma circunstância absolutamente nova para a Casa, para a Mesa, para V.Ex^a, para todos nós deputados.

Então, eu entendo que V.Ex^a tenha agido assim contra uma decisão da Justiça, mas agora, presidente, nós estamos vivendo uma mudança rotineira, e é tradição desta Casa, da história desta Casa, do costume desta Casa, no caso dessa modificação, mudar apenas o que afeta, o que causa alguma diferenciação. De sorte que eu sei que V.Ex^a tem tido aqui a postura de agir como presidente, decidiu contra o deputado

Waldenor, como V.Ex^a colocou aqui, em relação a essa história de o recurso ter efeito suspensivo, ou não ter, e V.Ex^a mandou fazer o cálculo a partir do resultado da eleição. E eu parabeno V.Ex^a por isso.

E eu quero que V.Ex^a reveja sua posição considerando a história secular desta Casa. Jamais, presidente, no caso de não haver uma decisão judicial como essa que houve, jamais, desfez todas as comissões, até porque V.Ex^a sabe que o deputado que está na comissão não pode ser retirado nem pelo presidente, nem pelo líder, nem por ninguém.

Então eu queria fazer essa ponderação e espero contar com a compreensão de V.Ex^a.

O Sr. Leur Lomanto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Waldenor, depois o deputado Leur Lomanto.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, quero reconhecer o esforço, o empenho e a inteligência dos nobres colegas deputados da Oposição, mas V.Ex^a tem agido sempre com muita imparcialidade em decisões dessa natureza. É inadmissível até que V.Ex^a, em outra oportunidade, apesar da nossa contestação, do nosso questionamento, tivesse tomado a decisão de zerar as comissões permitindo, como determina o Regimento, que os líderes partidários pudessem fazer novas indicações, e agora tomasse decisão diferente. V.Ex^a lembrou muito bem naquela oportunidade enquanto Líder do governo e contestamos a decisão tomada por V.Ex^a. Achamos naquela oportunidade que era uma decisão extemporânea, tendo em vista que ainda havia um procedimento judicial em curso, mas V.Ex^a fazendo uso da sua autoridade de presidente tomou a decisão de zerar as comissões a pedido, inclusive, da Oposição e hoje quando o PMDB de livre e espontânea vontade, naturalmente tendo em vista uma decisão política tomada, do ponto de vista partidário, entrega a V.Ex^a, encaminha, requer a V.Ex^a o desligamento, o afastamento da Bancada de governo, que V.Ex^a não vá tomar a mesma decisão.

Queria até sugerir aos nobres colegas da Oposição que, se há de fato o interesse pela permanência dos mesmos membros, faça a indicação igual, semelhante. Não resolve o problema, mas sobre o mandato, segundo o art. 35 do Regimento, todas as vezes que houver alteração no Bloco Parlamentar, a composição das comissões deve ser alterada ou mantidas se assim do ponto de vista da indicação for o desejo do Líder de cada Bloco.

Sr. Presidente, queria, de fato, concordar com V.Ex^a, até porque V.Ex^a já se posicionou que não pode haver dois pesos e duas medidas na discussão desta questão. Portanto, parabeno V.Ex^a pela decisão de zerar as comissões para a devida recomposição, tendo em vista o que estabelece o art. 35 do Regimento desta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto. Depois, V.Ex^a, o deputado Leur pediu primeiro, depois o deputado Pedro Alcântara.

Deputado Leur, quero até lhe pedir desculpas porque V.Ex^a encaminhou este

requerimento ontem, mas a Presidência não esteve aqui para assinar o requerimento depois do horário que V.Ex^a entregou. Então, peço-lhe desculpas, mas como não houve nenhum prejuízo, estou mandando publicar amanhã pela manhã.

O Sr. Leur Lomanto:- Sem problemas. Sr. Presidente, reforçando a tese do deputado Arthur Maia, já com a decisão do PMDB de sair da base do governo e de acordo com a proporcionalidade da participação do PMDB nas comissões, seriam oito comissões com a titularidade. Para evitar essa mudança, essa celeuma, o PMDB entende, abre mão, inclusive, de fazer essa mudança e permanece apenas com as sete comissões para que isso não cause transtorno aos deputados, e os Líderes partidários tenham ainda que comunicar, ouvir as suas Bancadas e aí, propomos manter tudo como está. Acredito que essa seria a decisão mais sensata da Presidência desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Agradeço a questão de ordem, V.Ex^a está coberto de razão, Sr. Presidente, quando zera as comissões. Só faço uma correção na fala de V.Ex^a, não são três dias, são três sessões para que as Lideranças indiquem os novos nomes.

O art. 35 é muito claro, não deixa nenhuma dúvida e facilita este artigo o espírito do legislador que vai no sentido de que há um ano, quando se formaram as alianças partidárias, nos Blocos partidários havia uma estratégia de ordem política partidária, no momento em que se dissolve essas composições, cada partido tem a sua nova estratégia, por isso o espírito da lei é no sentido de refazer, zerar tudo e indicar novamente, para cada partido se aglomerar, possa se aglomerar com outros partidos, formar outros blocos. Este é o espírito da lei.

Então, V.Ex^a está coberto de razão, é uma decisão judicial, não tem o que discutir. V.Ex^a dará o prazo de acordo com o nosso Regimento Interno, três sessões e os Líderes formar as novas composições, quem quiser ratificar, problema de cada partido.

Então, esta é a decisão correta. Vamos para as conversas partidárias desta Casa para a formação de novos blocos ou cada um segue o que achar conveniente, como o PR que tem sido aqui uma Bancada independente.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem.

O Sr. Pedro Alcântara:- Então, concordo com a decisão de V.Ex^a, como Líder do PR nesta Casa apenas chamar a atenção para o espírito da lei e a correção no sentido de que são três sessões para que possamos indicar os novos componentes das futuras comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do nobre deputado Gildásio Penedo, último orador...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do nobre deputado Gildásio Penedo, último orador a falar sobre esse assunto.

O Sr. Gildásio Penedo:- Sr. Presidente, eu queria adentrar um pouco, também, nessa discussão e ver como é conflitante o Regimento Interno.

O Regimento, no seu artigo 35, de fato relaciona *ipsis literis* o seguinte: será

sempre revista a representação partidária das comissões da Assembleia Legislativa quando houver modificação ou dissolução de bloco parlamentar. De fato, há a dissolução de um bloco, o do PMDB; até o dia de ontem pertencia ao bloco parlamentar da Maioria, deputado Misael Neto. O deputado Leur Lomanto, Líder do bloco, apresenta pedido de afastamento, em sua prerrogativa.

O artigo 65 é muito claro, deputado Waldenor, quando diz que o mandato dos titulares e suplentes se findará em cada sessão legislativa, ou seja, é anual, indicado um membro, deputado Pedro Alcântara, há um mandato a ser determinado. V.Ex^a tenta justificar, e evidentemente olhando da linha de coerência, que houve uma decisão judicial.

Eu acho que V.Ex^a percebe uma situação de conflito e decide, é presidente e recorre à sua decisão. Mas no caso de V.Ex^a se sustentar na defesa do seu argumento, em relação à questão judicial, é totalmente diferente, deputado Marcelo Nilo. O que a Justiça entendeu naquele momento é que o cálculo para a contabilização seria da data da eleição, e quando essa avaliação era feita se distorcia o resultado dos membros aqui da Casa, é uma situação diferenciada.

O que nós percebemos aqui é uma questão de conflito, de competência. Eu até procurei me socorrer na Constituição do Estado, para ver se poderia ajudar nessa decisão, mas não trata da matéria. Agora, é uma decisão contraditória. O Regimento diz duas situações distintas em relação ao caso, que o mandato vence com um ano, deputado Waldenor, e que só poderá perdê-lo por renúncia ou por falta de 10 dias e diz que deverá ser revisto em qualquer momento, e ainda mais, se quiser polemizar, o artigo 36 ainda diz mais: que não será permitido na mesma sessão legislativa, ou seja, no mesmo ano, a mudança de um bloco participar de outro. O PMDB, hoje, que até então era da base governista, está-se propondo a ir para o bloco independente, o qual já existe na Casa, deputado Misael Neto.

Então, veja como é contraditória essa situação inusitada, porque caso V.Ex^a se decida arvorar da decisão judicial não tem amparo, são decisões totalmente distintas. Naquele momento mudava a correlação de forças, mudava o cálculo da participação partidária, a Oposição que elegeu, no dia da eleição, 15 deputados, na sua posse já estava com o número reduzido, que aí sim comprometeria o equilíbrio das forças.

São duas situações distintas. Agora, o Regimento é extremamente contraditório, diz numa mesma situação duas situações totalmente diversas e contraditórias, e efetivamente eu acho que merece a atenção e o cuidado necessários para que a gente não incorra em nenhum equívoco neste momento, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, último orador, por favor, Líder do PT, deputado Paulo Rangel, agradeço a V.Ex^a.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu acho que V.Ex^a, quando busca proceder de uma forma demonstra grande coerência, até porque V.Ex^a antes do posicionamento da Justiça não compreendia, não interpretava as coisas dessa forma, e eu quero aqui acompanhar o raciocínio do deputado Pedro Alcântara, porque ele conseguiu, de forma muito sábia, interpretar a lei através de uma visão política.

As ações nesta Casa são norteadas pela ação política, não se faz uma legislação seca sem que exista a prevalência do aspecto político nesta Casa, e a nossa visão é de que a correlação, inclusive, entre Maioria, Minoria e Bloco que representa o governo nesta Casa foi alterada. Eu acredito que o Regimento tem de ser realmente cumprido e o processo, zerado. Se tiver de haver continuidade daquilo que vinha acontecendo anteriormente, acho que isso pode ser fruto de acordo político, se for possível. Não sendo assim, o posicionamento tem que ser o mesmo.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo Paulo Azi. Eu vou abrir esse precedente. Mas, por favor, o deputado que já se posicionou antes não me peça.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo a V.Ex^a, que está há mais de 16 anos nesta Casa e já viu, várias vezes, Blocos serem alterados aqui sem que nunca tivesse havido qualquer ação no sentido de destituir os membros das comissões. O senhor, da última vez, fez uma destituição porque recebeu uma decisão judicial que devia ser cumprida. Ali, inclusive, os presidentes de comissões tiveram de ser mudados porque a decisão judicial dizia que a proporcionalidade também era qualitativa em função das escolhas dos colegiados.

Então a coerência, Sr. Presidente, é em função da história deste Parlamento, se V.Ex^a quiser utilizar. Jamais houve uma atitude como essa que o senhor acaba de tomar. As representações estão mantidas, a proporcionalidade é a mesma. Se houvesse alteração no número de parlamentares por Bloco e não houvesse um acordo, aí V.Ex^a poderia ter a legitimidade para fazer. Mas, nesse caso, não há alteração na proporcionalidade, ela está mantida. O próprio Líder do PMDB já disse que na única comissão em que a proporcionalidade não está atendida ele abre mão.

Então V.Ex^a vai tomar uma decisão que afronta o Regimento para atender a quem finalmente? Porque o PMDB que saiu, que está sendo prejudicado, disse que abre mão. A Oposição diz que mantém os deputados que hoje representam esta Casa. Portanto, o senhor vai tomar uma atitude que afronta o Regimento claramente no mandato de que o deputado é investido, amparado pelo Regimento, em função de quê?

Infelizmente, Sr. Presidente, as coisas neste Parlamento não são jogadas com a clareza devida. Lamentavelmente o que acontece nesta Assembleia é isso. Porque, se os Líderes partidários tivessem a coragem para se expressar da maneira como eles acham que é legítimo, as coisas seriam colocadas em outro patamar, Sr. Presidente. Mas não! Usam de subterfúgios e colocam V.Ex^a numa posição delicada. Vai ser induzido a tomar uma decisão que afronta o Regimento Interno desta Casa, que não tem amparo nem na tradição deste Parlamento. Então quero fazer um apelo a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, primeiro eu gostaria de registrar aqui para o deputado Arthur Maia o apreço e a admiração que tenho por ele.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- É recíproco. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode ter certeza de que o meu apreço

por V.Ex^a continua cada vez maior, principalmente quando se dirige à Presidência com tantos argumentos técnicos ou jurídicos sempre com muita delicadeza. E quero estender aos demais parlamentares, tanto do governo como da Oposição.

Mas gostaria de dizer a V.Ex^a, que sei estar passando por um momento político importante ao sair da base oficial do governo e ir para uma independente, com muita clareza que - eu estou aqui há 18 anos como deputado e, salvo engano, há dois anos e sete meses como presidente - na minha visão, na minha decisão jamais vou tomar uma posição incoerente.

E quero falar ao deputado Gildásio Penedo que, quando a Justiça decidiu pela mudança no cálculo aritmético, mesmo não modificando, porque coincidentemente os partidos continuariam com o mesmo número, o deputado Waldenor Pereira...

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deixe-me concluir, deputado, por favor, para eu não perder o meu raciocínio.

Mesmo com a Justiça decidindo que o cálculo deveria ser do dia da eleição, não houve modificação, deputado Arthur, numérica. Mas a Presidência decidiu zerar para que os Líderes partidários indicassem. O deputado Waldenor Pereira questionou, e eu disse que só não zeraria se houvesse um acordo de Lideranças, e não houve acordo, porque a Bancada da Oposição, naquele momento, concordou que nós zerássemos e a Bancada do governo não concordou que zerássemos, e tomamos a decisão.

O artigo 35, e aí eu discordo completamente do meu querido amigo deputado Paulo Azi, é muito claro. O artigo 35, deputado, diz com muita clareza: “Será sempre revista a representação partidária nas comissões da Assembleia Legislativa quando houver modificação ou dissolução do bloco parlamentar”. Durante esses 19 anos, não me lembro de uma bancada de oito deputados sair de um Bloco para outro, e não me lembro também, nunca, de um deputado, aqui, líder, questionar a proporcionalidade, pedindo para zerar.

Agora, não posso deixar de atender o pedido de um deputado baseado em um artigo. Além de baseado num artigo, também tenho que manter minha coerência. Se o deputado Waldenor Pereira abre mão... Aqui nesta Casa, o Regimento só pode ser rasgado se houver acordo de Lideranças. Agora, eu, como presidente da Assembleia, não podia, um ano atrás, deputado Arthur Maia, atender à Oposição e no ano seguinte não deixar, no mesmo raciocínio...

Pelo contrário, agora é com mais ênfase. Por quê? Porque agora há modificação. O deputado Leur Lomanto, a partir de amanhã pela manhã, ele terá direito a indicar. O deputado Waldenor tem direito a indicar apenas quatro, salvo engano. Então, a Presidência não pode, deputado, primeiro, não cumprir o Regimento, que está muito claro. Eu até admito: o deputado Gildásio Penedo diz que o artigo 65 é discrepante. Mas o artigo 65 assegura ao deputado o direito de sair, se quiser, ou na sua morte, exceto quando fere o artigo 35, porque o deputado não está saindo, ele está deixando a Comissão fruto de uma decisão do Líder partidário.

Então, não vejo por que, deputado Paulo Azi, com muita clareza, esse

problema. Os Líderes vão indicar novamente, eles terão direito de indicar. Portanto, a Presidência mantém sua decisão, fruto do entendimento. Peço vênica aos deputados Arthur Maia, Elmar Nascimento, Paulo Azi, peço vênica. Essa é a decisão da Presidência.

Próximo horário...

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, infelizmente os Paramentos brasileiros têm, a todo instante, sofrido com a imprensa batendo, especialmente em atos escusos que envergonham o Parlamento, envergonham as Câmaras de Vereadores, as Assembleias Legislativas, a Câmara federal.

Eu, baseado nisso, fiz um requerimento dirigido a Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, por conta de que o principal ato que tem atingido o Senado Federal são os chamados nas revistas “atos secretos”, atos que geram despesas ao Erário, à gestão, sem a devida publicação no *Diário Oficial*. E há algumas informações que, como não recebi resposta da Comissão de Fiscalização e Controle, gostaria de solicitar V.Ex^a, que representa a Mesa:

(Lê) “No relatório das contas julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, destaca a existência de uma série de 'contratos especiais' de pessoas que prestam serviços nesta Casa sem qualquer controle e com a gravidade de não haver nem seleção nem publicação de quem se contrata, o que fere frontalmente a legislação vigente.

Portanto, solicito as seguintes informações:

- a) Onde estão lotados estes servidores?
- b) Onde dão expediente?
- c) Qual a necessidade da contratação dos mesmos para o funcionamento do Poder Legislativo?
- d) Qual o número de contratados e o valor global e individual dos contratos?
- e) Qual o Diário Oficial que publicou a contratação desses funcionários”?

Se não tiverem sido publicados, configura-se, no meu entender, o mesmo caso do Senado Federal, nos atos secretos que está hoje o Ministério Público investigando.

Portanto, Sr. Presidente, eu trago essa questão de ordem e solicito a V.Ex^a que determine ao setor de Recursos Humanos da Assembleia Legislativa que me passe essa informação, inclusive como membro da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Será encaminhado à Comissão de Fiscalização e à Mesa Diretora. A Mesa Diretora e a Comissão de Fiscalização pedindo essas informações, nós daremos. Agora, se V.Ex^a enviar diretamente à Presidência, a Presidência vai analisar e todas as informações serão necessárias.

Quero até lembrar a V.Ex^a que V.Ex^a ficou de fazer uma denúncia aqui. V.Ex^a fique à vontade para fazer qualquer denúncia que a Presidência responderá qualquer denúncia de V.Ex^a. Se V.Ex^a tem alguma denúncia contra a Casa, pode fazer que a Presidência... Lembro que V.Ex^a teve muitos contratos especiais aqui porque V.Ex^a

viu a frequência, os contratos venceram e nós não renovamos. Gostaria de dizer a V.Ex^a que V.Ex^a continuou pedindo os contratos especiais e esta Presidência não deu porque V.Ex^a não mostrou a necessidade.

Concluo esse assunto e encaminho a V.Ex^a.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sobre esse assunto a Presidência não fala. Para encaminhar, o deputado Pedro Alcântara pelo tempo de 4 minutos.

Sobre esse assunto a Presidência não fala. Vá à tribuna ali, deputado Elmar Nascimento, tenha coragem e faça a denúncia, não fique ameaçando. Não tive medo de outras pessoas quanto mais de V.Ex^a. Se tiver alguma denúncia contra a Casa, faça. Não fique fazendo chantagem. Isso é dor de cotovelo. Se tiver alguma denúncia, tenha a coragem e faça. Não fique fazendo chantagem, a Presidência não aceita chantagem. Nunca aceitei chantagem na minha vida, principalmente de V.Ex^a.

Com a palavra o deputado Pedro Alcântara, pelo tempo de 4 minutos restantes.

O Sr. Pedro Alcântara- Sr. Presidente, havia uma indicação anterior do deputado Gilberto Brito, mas como ele está ausente do plenário neste momento, indico o deputado J. Carlos para usar os 4 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado J. Carlos pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. J.CARLOS:- Sr. Presidente, tenho que vir hoje aqui porque na realidade assumo a esta tribuna, porque o pessoal da imprensa, ontem, distorceu o que falei aqui. Eu não posso ter saudade de Paulo Souto. Como sindicalista, os governos passados me perseguiram, prenderam o nosso povo, não posso ter saudades disso. Respeito o cidadão Paulo Souto, agora não posso ter saudade.

Eu disse aqui e quero que escrevam isso, os jornais que escreveram, desfaçam. Eu disse que o DEM tinha saudades de Paulo Souto e eu tinha saudade de Maria Del Carmem. É bom que escrevam isso para não haja dúvidas. Não tenho vergonha de dizer o que disse aqui ontem, de assumir o que falei ontem. Agora, não podem distorcer as palavras que colocamos aqui, não podem colocar na imprensa o que não falamos.

O que eu falei ontem, continuo dizendo e assinando embaixo porque sempre fui assim, uma pessoa de respeito, falo pouco, todos sabem aqui, mas respeito todos os parlamentares. Ontem, por exemplo, o deputado Fernando Torres chegou aqui num tom de brincadeira e disse que eu estava com saudade de Paulo Souto. Eu até, em tom de brincadeira, não respondi nada porque ele estava no Pequeno Expediente e não cabia aparte, a sessão caiu e não pude responder.

Estou respondendo hoje, Sr. Presidente. A minha saudade, volto a repetir, é da companheira Maria Del Carmem quando assumiu a Conder. Essa é a minha saudade, nenhuma saudade de Paulo Souto. Vou trabalhar e agora muito mais para derrotá-lo na próxima eleição. O meu candidato será Wagner e a reeleição de Wagner. Isso não tenha dúvida porque sou petista desde quando entrei e sou uma pessoa que sempre respeitou os princípios e as pessoas.

Era isso que eu queria falar, Sr. Presidente, porque não podemos deixar esse

momento passar porque às vezes as pessoas distorcem aquilo que falamos.

Então, é Wagner, é Wagner e é Wagner!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Pedro Alcântara: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a e a compreensão dos senhores demais deputados, baseado no Regimento desta Casa, uma verificação de quorum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Arthur.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, gostaria de utilizar o tempo de nosso partido para fazer algumas ponderações e observações nesta tarde.

Nesse sentido, gostaria de solicitar ao nobre deputado Pedro Alcântara que retire a sua questão de ordem. Caso o deputado insista em proceder a essa verificação de quórum, gostaria de que V.Ex^a a fizesse nominalmente, com a chamada dos ausentes, para que possamos ter a continuação desta sessão, com a fala não só de nosso partido mas também de outros tantos que estarão ainda aí para usar o tempo deles.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Alcântara:- Tenho convicção da motivação que me leva... como também o respeito que tenho ao deputado Arthur Maia, e ele sabe disso, ou melhor, a admiração que tenho por V.Ex^a, pois considero-o o deputado mais bem preparado desta Casa. Já o disse na tribuna desta Casa e não é a primeira vez que reafirmo.

Mas, repito, tenho convicção plena da motivação que me leva a pedir a verificação de quórum para a continuação da presente sessão. Portanto, Sr. Presidente, permanece a minha questão de ordem nesse sentido.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Com a palavra o deputado Arthur Maia.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- A ponderação do Líder...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a retira? (Pausa.)

Com a palavra o deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, voltando ao assunto da recomposição das comissões, já que V.Ex^a decidiu zerá-las para que os partidos indiquem novamente os membros de cada comissão, informo a V.Ex^a que o PMDB assim o fará, indicando, como tem direito nas comissões, oito membros titulares e

seus respectivos suplentes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista que não há solicitação de continuação por escrito e que, após verificação do quórum, ficou constatada a presença de somente 18 Srs. Deputados, declaro encerrada esta sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*